

RESENHA DE: THE HANDBOOK OF PORTUGUESE LINGUISTICS, EDITADO POR W. LEO WETZELS, JOÃO COSTA E SÉRGIO MENUZZI

Sandra Quarezemin¹
Núbia Saraiva Ferreira²
Ana Livia Agostinho³
Giuseppe Varaschin⁴
Karina Zendron da Cunha⁵
Luciano de Oliveira⁶

O livro *The Handbook of Portuguese Linguistics*, editado por W. Leo Wetzels, João Costa e Sérgio Menuzzi, apresenta uma coletânea de trabalhos sobre o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB), oferecendo um panorama comparativo de alguns dos fenômenos linguísticos tratados nessas duas variedades. Os trinta e dois capítulos abrangem as diferentes áreas da linguística: fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, pragmática, mudança linguística, variação e contato e aquisição da linguagem. Esta resenha está organizada em seções que abordam essas diferentes áreas.

A primeira seção concentra os estudos centrados na área da fonologia e da fonética: *A Comparative Study of the Sounds of European and Brazilian Portuguese: Phonemes and Allophones*, de autoria de Gladis Massini-Cagliari, Luiz Carlos Cagliari e Wayne J. Redenbarger; *Phonological Processes Affecting Vowels: Neutralization, Harmony, and Nasalization*, de Leda Bisol e João Veloso; *Syllable Structure*, de Gisela Collischonn e W. Leo Wetzels; *Main Stress and Secondary Stress in Brazilian and European Portuguese*, de José Magalhães; e, por fim, *Intonation in European and Brazilian Portuguese*, de Sônia Frota e João Antônio de Moraes. A maior parte desses capítulos se concentra nos estudos fonológicos.

1 Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: sandra@cce.ufsc.br

2 Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: nubia.rech@ufsc.br

3 Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: a.agostinho@ufsc.br

4 Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: giuseppe.varaschin@gmail.com

5 Universidade Regional de Blumenau. E-mail: karinazendron@gmail.com

6 Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: lucioliv1975@gmail.com

A segunda seção incorpora os estudos que enfocam fenômenos sintáticos. Os textos que compõem esta seção são *European Portuguese and Brazilian Portuguese: An Overview on Word Order*, de Mary Aizawa Kato e Ana Maria Martins; *The Null Subject Parameter and the Structure of the Sentence in European and Brazilian Portuguese*, de Inês Duarte e Maria Cristina Figueiredo Silva; *The Structure of DPs*, de Ana Maria Brito e Ruth E. V. Lopes; *Wh-movement: Interrogatives, Relatives and Clefts*, de Carlos Mioto e Maria Lobo; *Null Objects and VP Ellipsis in European and Brazilian Portuguese*, de Sônia Cyrino e Gabriela Matos; *Passives and Se Constructions*, de Ana Maria Martins e Jairo Nunes; e *Binding and Pronominal Forms in Portuguese*, de Sérgio Menuzzi e Maria Lobo.

A terceira seção agrupa estudos nas áreas de semântica e pragmática. Esta seção reúne os seguintes textos: *The Semantics of DPs*, de Marcelo Barra Ferreira e Clara Nunes Correia; *Lexical Semantics: Verb Classes and Alternations*, de Márcia Cançado e Anabela Gonçalves; *Tense and Aspect: A Survey*, de Rodolfo Ilari, Maria Fátima Oliveira e Renato Miguel Basso; *Mood and Modality*, de Rui Marques e Roberta Pires de Oliveira; *Some Issues in Negation in Portuguese*, de Scott A. Schwenter; e *Discourse Markers*, de Ana Cristina Macário Lopes.

A quarta seção reúne estudos de interface entre os diferentes componentes da gramática. Os textos que integram esta seção são *The Phonology–Syntax Interface*, de Raquel S. Santos e Marina Vigário; *The Phonology and Morphology of Word Formation*, de Alina Villalva e Carlos Alexandre Gonçalves; *The Morphology and Phonology of Inflection*, de Luiz Carlos Schwindt e W. Leo Wetzels; e *Clitic Pronouns: Phonology, Morphology, and Syntax*, de Ana R. Luis and Georg A. Kaiser. Cabe mencionar que a área da morfologia aparece em capítulos do livro que focaram nos estudos de interface e nos trabalhos de variação e mudança, por isso não foi aberta uma seção específica para esse componente da gramática.

Na quinta seção, estão concentradas as pesquisas sobre mudança, variação e contato linguístico. São elas: *History and Current Setting*, de Maria Teresa Brocardo e Célia Regina dos Santos Lopes; *Portuguese in Contact*, de Ana Maria Carvalho e Dante Lucchesi; *From Latin to Portuguese: Main Phonological Changes*, de D. Eric Holt; *Main Morphosyntactic Changes and Grammaticalization Processes*, de Célia Regina dos Santos Lopes e Maria Teresa Brocardo; *Main Syntactic Changes from a Principle-and-Parameters View*, de Charlotte Galves e Anthony Kroch; *Main Current Processes of Phonological Variation*, de Celeste Rodrigues e Dermeval da Hora; e *Main Current Processes of*

Morphosyntactic Variation, de Maria Marta Pereira Scherre e Maria Eugênia Lammoglia Duarte.

Na sexta e última seção constam os textos que abordam fenômenos de aquisição: *Acquisition of Phonology*, de Giovana Ferreira-Gonçalves e Maria João Freitas; *Acquisition of Portuguese Syntax*, de João Costa e Ruth E. V. Lopes; e *Second Language Acquisition*, de Ana Madeira.

1. Fonologia e Fonética

O texto *A Comparative Study of the Sounds of European and Brazilian Portuguese: Phonemes and Allophones* tece uma comparação entre os inventários de fonemas e alofones do PE e do PB a partir das consoantes, vogais e glides. Massini-Cagliari, Cagliari e Redenbarger mostram que as diferenças entre essas variedades se manifestam no nível fonético, não no nível fonológico, e são resultado da aplicação de diversos processos.

Em relação aos róticos, tema controverso na fonologia das variedades de português, os autores apresentam as realizações fonéticas para as duas variedades e as principais análises fonológicas (CÂMARA, 1953, 1970; MONARETTO, 1957; MATEUS; D'ANDRADE, 2000; ABAURRE; SÂNDALO, 2003), que descrevem os róticos como dois ou um fonema no PB e como um fonema no PE, o que configura variação no nível fonológico. Nesse sentido, seria interessante uma comparação com os róticos em variedades de português em contato que não fazem distinção fonológica de 'r forte' e 'r fraco', como ocorre nas variedades de São Tomé e de Príncipe (AGOSTINHO, 2016) e também em variedades brasileiras em contato com línguas de imigração (REINECKE, 2006; SPESSATO, 2011).

Outra questão controversa na fonologia do português é o tratamento das vogais nasais como fonemas ou como resultado de um processo de nasalização por coda em /VN/. No texto, os autores assumem a hipótese bifonêmica⁷ e comentam sobre a realização do murmúrio nasal diante de diferentes consoantes e dos ditongos nasais. A discussão proposta no texto apresenta o conceito de ditongos falsos, aqueles que variam com vogal ou hiato, e de ditongos verdadeiros (BISOL, 1981; MATEUS; D'ANDRADE, 2000). O ditongo decrescente pode não variar com vogal, como em 'reitor', que pode ser realizado como [hej'tor]⁸, por exemplo, ou pode variar, como em 'peixe', que pode ser realizado

⁷ Posição tomada também no capítulo 5 *Phonological Processes Affecting Vowels: Neutralization, Harmony, and Nasalization*, de Bisol e Veloso. A análise das vogais nasais como fonemas é discutida no Capítulo 5.

⁸ Esta transcrição representa apenas uma possibilidade de realização.

como ['pejɨ] ou ['peʃi]⁹, por exemplo. Em relação ao ditongo crescente, os autores assumem uma sequência de duas vogais, uma vez que varia com hiato, a não ser para os casos com /k^w, g^w/, que são considerados como fonemas pelos autores.

Em *Phonological Processes Affecting Vowels: Neutralization, Harmony, and Nasalization*, Bisol e Veloso discutem processos de neutralização e nasalização vocálica, ativos no PB e no PE, e harmonia vocálica das vogais médias, presente somente no PB. A análise apresentada neste texto tem por base a Teoria de Traços.

Os autores apresentam dados em vogais átonas e vogais médias tônicas. Para as vogais átonas, são apresentadas regras fonológicas relacionadas aos níveis de abertura das vogais e à redução do sistema vocálico para cinco vogais /i, e, a, o, u/ e para três vogais /i, a, u/ quando em posição pós-tônica final em muitas variedades do PB. A neutralização vocálica em PE pode ocorrer em vogal átona em qualquer posição da palavra, a não ser por [ɨ]¹⁰, que não ocorre em início de palavra. Os autores também apresentam a regra de centralização das vogais no PE (VELOSO, 2013).

O processo de harmonia vocálica das vogais médias em PB é tratado como variável, desencadeado por variáveis linguísticas e sociais. O processo ocorre quando a vogal média pretônica harmoniza com a altura da vogal alta em sílaba tônica, podendo a harmonização ser total ou parcial. No entanto, há o processo de *alçamento sem motivação aparente* (BISOL, 1981, 2010) de pretônicas em palavras em que a tônica não é uma vogal alta, como em *b[u]neca*, *alg[u]dão*, *m[u]leque*, *p[i]quena*, o que pode ser um argumento contrário à análise da harmonia vocálica para os outros casos. Bisol (2010) argumenta que esse processo é difundido pelo léxico e Monaretto (2013) sugere que pode se tratar de um fenômeno relacionado com frequência lexical.

Para as vogais nasais, os autores também assumem a análise bifonêmica /VN/ e mostram argumentos existentes na literatura (CÂMARA JR. 1953, 1970; BARBOSA, 1965; MATEUS; D'ANDRADE, 2000; MORAES, 2013) para essa escolha. Apresentam também a problemática dos ditongos nasais em substantivos e em seus respectivos plurais, assumindo que são fonologicamente representados como /VN+V/, em que /+V/ é uma marca de classe. Segundo os autores, a alternância singular-plural de ditongos nasais mais frequente é [ẽw̃] ~ [õj], mas o texto não traz dados de variação [ẽw̃] ~ [ẽw̃s], [ẽw̃j] encontrados nesses casos.

9 Estas transcrições representam apenas uma possibilidade de realização.

10 Em PE, as vogais coronais são realizadas como uma vogal central. A representação fonética dessa vogal pode ser [ə] ou [ɨ].

No texto *Syllable Structure*, Collischonn e Wetzels objetivam justificar a estrutura silábica do português, partindo da estrutura binária com rima, e descrever os constituintes da sílaba, que está sujeita ao Princípio de Sequência de Sonoridade (CLEMENTS, 1990). Ademais, os autores apresentam a silabificação em português através de uma análise baseada na Teoria da Otimidade.

Uma das questões que se coloca na análise da estrutura silábica das línguas é a posição do glide e seu comportamento. Para o português, há diferentes análises em relação a esses elementos. Neste estudo, os autores propõem que o *onglide* pode constituir o onset da sílaba; e o *offglide* é parte da coda. Um dos argumentos a favor desta classificação é baseado no comportamento dos glides diante das consoantes palatais ambissilábicas /j, ʎ/, que impedem uma sequência do tipo *VG.[j,ʎ]V, tal como fazem com uma consoante em coda, em *VC. [j,ʎ]V, ou seja, o glide se comporta como consoante nesses casos e é, portanto, considerado parte da coda, contribuindo para o peso silábico.

Outra questão polêmica na fonologia do português é a discussão da vogal nasal como fonema ou sequência bifonêmica /VN/, sendo a segunda adotada neste capítulo¹¹. A nasal em questão ocupa a posição de coda e contribui para o peso silábico, o que é demonstrado no texto através de diversos argumentos e exemplos.

Em relação ao PE, vogais átonas são comumente apagadas. Em relação ao onset complexo, não há a necessidade de diferença de sonoridade mínima que ocorre no PB, e pode ser preenchido por duas consoantes de mesmo nível de sonoridade. Além disso, é demonstrado que sílabas fechadas são mais comuns no PE.

Em *Main Stress and Secondary Stress in Brazilian and European Portuguese*, Magalhães discute os padrões acentuais do português, tema controverso dentro dos estudos de fonologia do português. Magalhães discute o acento dos verbos e dos não-verbos, sendo o segundo o foco desse texto. Em relação aos não-verbos, o autor aponta que é consenso sua interação com a morfologia.

Uma das questões centrais e mais controversas na discussão em relação ao acento em português é a noção de peso silábico, que é também abordada no capítulo 6. Apesar de muitos autores afirmarem que o peso silábico é relevante para a atribuição de acento no português, há palavras em que o acento não condiz com o peso silábico, tal como oxítonas terminadas em vogal, paroxítonas terminadas em

¹¹ No entanto, em relação aos ditongos nasais, são consideradas as vogais nasais /ĩ, ã/ a partir de Wetzels (1997).

sílaba pesada e proparoxítonas¹², o que apresenta um desafio para as teorias de acento baseadas nessa noção. Neste capítulo, Magalhães apresenta argumentos de outros autores a favor e contra a utilização dessa noção em português.

O autor apresenta a análise métrica de Bisol (1992, 1994), que soluciona as irregularidades com a extrametricalidade, que torna elementos invisíveis à aplicação da regra, que recebeu muitas críticas. Na sequência, apresenta a análise de Lee (1995), que distingue dois níveis lexicais em que as regras são aplicadas, admitindo a extrametricalidade de sílabas finais em alguns casos e não considerando o peso silábico. De forma similar, a análise de Mateus (1990), que também não considera o peso silábico, não dá conta de oxítonas terminadas em vogal nem de proparoxítonas, que também são exceções em análises baseadas no peso silábico. Em relação às ‘exceções’, Agostinho e Araujo (2009) demonstram que 50% das oxítonas terminam em vogal em um *corpus* de cerca de dez mil oxítonas não-verbo, e Araujo et al (2008) demonstram que apenas um terço das oxítonas pode reduzir para paroxítona¹³.

No texto *Intonation in European and Brazilian Portuguese*, Frota e Moraes descrevem o sistema entoacional do PB, variedade do Rio de Janeiro, e do PE, variedade de Lisboa, por meio da análise das três principais funções da entoação, quais sejam: (i) a demarcação ou segmentação em unidades prosódicas; (ii) a ênfase, ou seja, o lugar da proeminência dentro de um enunciado; e (iii) a diferenciação entre os tipos de enunciado.

O capítulo está dividido em seis seções. Na primeira, os autores fazem uma apresentação do estudo e assumem como quadro teórico a teoria autosegmental e métrica da fonologia entoacional. Na segunda seção, apresentam as preferências de segmentação prosódica que caracterizam o PB e o PE. Já na terceira, os pesquisadores abordam as estratégias utilizadas pelo português, língua acentual, para a marcação de foco prosódico e, para isso, concentram-se em sentenças com dois tipos de foco: o foco estreito e o foco contrastivo. Esses tipos de foco são analisados nas sentenças declarativas e interrogativas sim-não. Na quarta seção, apresentam a contribuição da entoação para a distinção dos tipos sentenciais. Os autores descrevem o contorno nuclear, o acento de *pitch* e os tons de fronteira que caracterizam sentenças declarativas, interrogativas (*qu-* e *sim-não*), imperativas (*comando* e *pedido*) e vocativos (*chamado inicial* e *insistente*).

12 O latim vulgar tem o acento derivado por regras baseadas no peso silábico, sendo um sistema regular. As irregularidades que ocorrem no português são uma inovação em relação ao latim.

13 Esses dois estudos apontam também que a frequência relativa dessas palavras é igual à das paroxítonas, proporcionalmente à sua representatividade nos *corpora*.

Por fim, nas seções cinco e seis, é feita uma síntese das variações entre PB e PE e uma discussão, a partir de uma perspectiva tipológica, sobre o papel da entoação do português dentro das línguas românicas. Remetendo-se às seções anteriores, os autores concluem que as principais dimensões de variação entre o PB e o PE dizem respeito ao contorno nuclear, à segmentação entoacional e à distribuição do acento de *pitch*. Além disso, afirmam que o português é similar à maior parte das línguas românicas, embora o PB tenha mais características que se assemelham a essas línguas se comparado ao PE. Ao longo do texto, os autores citam trabalhos seminais para a área em questão, além de apresentarem inúmeros exemplos de cada uma das variedades de português estudadas, contribuindo, dessa maneira, para a divulgação dos resultados das principais pesquisas sobre o tema no português.

2. Sintaxe

No capítulo *European Portuguese and Brazilian Portuguese: An Overview on Word Order*, Kato e Martins apresentam uma descrição comparativa da ordem de palavras no sistema gramatical das duas variedades do português. As autoras mostram que o PB e o PE exibem diferenças paramétricas, não apenas distinções lexicais e fonológicas. O capítulo inicia apontando as similaridades entre as duas variedades, que ficam restritas à ordem não marcada SVO, às sentenças negativas com a partícula negativa antes do verbo, às sentenças interrogativas *sim/não*, com padrão prosódico ascendente, e às interrogativas-*Qu*, com a ordem SV(X).

Nas seções três, quatro e cinco, Kato e Martins destacam as diferenças entre as duas variedades. De acordo com as autoras, o sistema de colocação de clíticos do PB, diferentemente do PE, não apresenta agrupamento de clíticos, nem o uso do clítico de terceira pessoa singular, e os clíticos dativos foram substituídos por sintagmas preposicionais com pronomes não clíticos. O PB e o PE mostram uma independência com relação à morfologia verbal, não há oposição (+/- forma finita), como no espanhol e no italiano, nem oposição (+/- imperativo), como no francês.

Kato e Martins mostram, na quarta seção, algumas divergências na ordem de palavras entre as sentenças declarativas téticas e as sentenças categóricas nas duas variedades. O PB falado permite, em contextos de sentenças téticas, a retomada de um tópico por um pronome sujeito, constituindo, para as autoras, um padrão de deslocamento à esquerda, fato que não ocorre em PE. Além disso, o PB apresenta sentenças categoriais com a estrutura tópico-sujeito, tendo um possessivo, por exemplo, alçado para a posição pré-verbal, como em *A casa caiu o telhado*, que também não é possível em PE.

Ainda nesta seção, as autoras mostram que a focalização interfere na estrutura da sentença nas duas variedades, mas apenas o PE permite, sem restrições, que o sujeito fique na posição mais encaixada da sentença – V(X)S – em situações de foco de informação. Entre os contextos que favorecem a ordem VS no PB estão os locativos, os verbos de ligação, as narrações esportivas e os dêiticos (locativos e temporais).

Na última seção, Kato e Martins mostram como o foco contrastivo (enfático) modifica a ordem das palavras em cada uma das duas variedades. No PE, o sujeito pré-verbal acentuado deve ser necessariamente interpretado como um foco contrastivo, enquanto no PB a sentença será ambígua. Para saber se o foco é contrastivo ou de informação é necessária a presença de um contexto de correção, por exemplo (este e não aquele). As autoras também apontam que as sentenças clivadas aparecem como estratégia de focalização nas duas variedades do português. Para fechar o capítulo, as autoras tratam das interrogativas-*Qu*, ressaltando que as restrições de ordem de palavras que aparecem nas sentenças declarativas também ocorrem nas interrogativas do PB. Kato e Martins concluem que o PB é mais restritivo do que o PE com relação a possibilidade de inversão do sujeito e recorre, por isso, a outras estratégias que são compatíveis com a ordem não-marcada SVO.

Duarte e Figueiredo Silva, no capítulo *The Null Subject Parameter and the Structure of the Sentence in European and Brazilian Portuguese*, exploram algumas propriedades das sentenças finitas declarativas e interrogativas-*Wh* nas duas variedades do português relacionadas ao parâmetro do sujeito nulo e à estrutura da sentença. As autoras iniciam o capítulo apresentando as propriedades de licenciamento e interpretação do sujeito nulo e defendem que os traços- ϕ em T licenciam um pronome fraco (*pro*) em Spec,TP (RIZZI, 1982; CHOMSKY, 1982). O sujeito pré-verbal não está deslocado à esquerda nas línguas de sujeito nulo prototípicas, como o PE. Em defesa da posição Spec,TP para o sujeito pré-verbal nas línguas de sujeito nulo, Duarte e Figueiredo Silva apresentam, além da opcionalidade na concordância com o sujeito pós-verbal *versus* a obrigatoriedade da concordância nos casos de sujeito pré-verbal, dados que mostram uma assimetria entre um sujeito pré-verbal e um constituinte deslocado à esquerda: o sujeito pode intervir entre a expressão-*Wh* e o verbo sem deteriorar a sentença, mas se o interventor for um elemento deslocado, como um objeto indireto, por exemplo, a sentença fica agramatical. Tal contraste é esperado se apenas os últimos ocupam uma posição A-barras. Duarte e Figueiredo Silva ainda mostram que o argumento de Barbosa (2000) em defesa da posição A-barras do sujeito pré-verbal, relacionado aos casos de hiperalçamento do sujeito, não se sustenta, uma vez que os DPs indefinidos podem aparecer em posição pré-verbal nas sentenças declarativas simples.

Quanto à distribuição e ao licenciamento do sujeito nulo, as autoras mostram que o PB possui um paradigma verbal simplificado em comparação com o PE, acarretando um comportamento diferente quanto ao traço de pessoa nas duas variedades. O fato de o PB não ter traço de pessoa em T favorece o uso de pronomes na posição sujeito, diferentemente do que acontece em PE, cujo traço pessoa em T é capaz de identificar as formas de primeira e segunda pessoas. Os falantes do PB aceitam uma interpretação correferencial entre o sujeito da matriz e o pronome na posição sujeito da encaixada, em sentenças como *João_i disse que ele_i viajou*, fato que não ocorre em PE. Para que o sujeito da encaixada seja correferente ao sujeito da matriz deve haver uma categoria vazia na posição sujeito da encaixada. Segundo as autoras, o “princípio evite pronome” e a “restrição do pronome visível” separam as duas variedades do português. No que diz respeito ao sujeito nulo não referencial, enquanto o PE segue o padrão *default* verbo na terceira pessoa do plural ou verbo na terceira pessoa singular mais o uso do clítico “se”, o PB apresenta uma estratégia inovadora, um locativo e um possessivo podem ser alçados para a posição de sujeito. Também apresenta as sentenças com a estrutura tópico-sujeito (PONTES, 1987), que não são possíveis em PE.

As autoras questionam até que ponto a inversão do sujeito pode ser considerada uma propriedade vinculada ao parâmetro *pro-drop*. A ordem VS não ocorre livremente até mesmo nas línguas de sujeito nulo consistentes, uma vez que a posposição do sujeito depende de certas condições estruturais (efeito de monoargumentalidade) e pragmáticas (focalização). Como já apontado no capítulo de Kato e Martins, as autoras também relacionam o aparecimento da ordem VS aos julgamentos categóricos e téticos expressos pelas sentenças. O PB é altamente restritivo com relação à ocorrência de VS. Os falantes não aceitam a ordem VS quando o sujeito está focalizado, também restringem a ocorrência de VS com inacusativos aos contextos apresentacionais (sentenças téticas). O PE, por sua vez, restringe a ordem VS com inergativos às sentenças presentacionais, VS com inacusativos aos DPs indefinidos e VS com verbos transitivos ou bitransitivos aos contextos nos quais o sujeito é foco de informação.

As autoras concluem o capítulo mostrando que uma língua pode não apresentar o conjunto completo das propriedades definidoras de língua *pro-drop* e, ainda assim, ser considerada uma língua de sujeito nulo. O mesmo se verifica para as línguas de sujeito nulo parcial, os dados do PB sugerem que uma língua não precisa ter todo o conjunto das propriedades definidoras de língua *pro-drop* parcial, o que vai ao encontro da proposta de estágios de “parcialidade” (ROBERTS; HOLMBERG, 2010).

O capítulo *The structure of DPs*, de Ana Maria Brito e Ruth E. V. Lopes, trata de aspectos

da sintaxe dos sintagmas nominais que são nucleados por um nome e podem conter, a depender da sua natureza lexical, um argumento ou um modificador. As autoras iniciam o capítulo mostrando as diferentes formas que o sintagma nominal pode ter: ser um DP quando for antecedido pelo determinante; ter um possessivo pré- ou pós-nominal; ser um nome nu (plural) nas duas variedades, sendo que apenas o PB permite o singular nu. Brito e Lopes mostram, ainda no início do texto, que enquanto o PE apresenta marca morfológica de concordância em todos os componentes do DP, no PB falado a concordância pode não aparecer no núcleo nominal ou em outros elementos dentro do sintagma.

O capítulo está dividido em cinco seções que abordam os seguintes fenômenos: as nominalizações deverbais, os sintagmas preposicionados modificadores e os possessivos, os adjetivos e suas diferentes classes, as relações de concordância e os nomes nus com um olhar sintático. Quanto às nominalizações deverbais, as autoras apresentam uma série de dados do português¹⁴ que vão de encontro à proposta de Grimshaw (1990), que relaciona propriedades aspectuais à estrutura argumento do predicado: nomes de evento têm argumento interno; enquanto nomes de resultado não selecionam argumentos porque são nomes como “entidade”. Quanto aos possessivos, as autoras afirmam que o português tem duas posições distintas para alojá-los, já que ora aparecem pré-nominal ora pós-nominal, a depender dos efeitos de finitude. Uma diferença entre as duas variedades é que o PE geralmente usa o possessivo com artigos definidos, enquanto é muito comum no PB o possessivo sem qualquer artigo definido. Em seguida, questionam se os possessivos são núcleos ou sintagmas se têm a mesma natureza em PB e PE; e quais são as suas posições na estrutura. Nesta seção, as autoras mencionam diferentes análises sintáticas para os possessivos (GIORGI; LONGOBARDI, 1991; CARDINALETTI, 1998; CASTRO; COSTA, 2003) e mostram a possibilidade de focalização deste elemento, o que as leva a identificá-los como um sintagma. As autoras, então, propõem que eles aparecem em uma categoria funcional entre D e NumP. Também assumem que em português há uma projeção AgrP em DP, estando o possessivo pré-nominal no seu especificador. Para os possessivos pós-nominais, as autoras seguem Parodi (1994) e propõem uma projeção intermediária, PossP, acima de NumP e abaixo de AgrP, tendo a ordem final sido derivada via movimento de N para Spec, AgrP.

Na seção que trata da modificação nominal pelos adjetivos, Brito e Lopes apresentam as diferentes classes e posições que o adjetivo pode ter. A posição do adjetivo dentro do sintagma, se antes ou depois do nome, interfere diretamente na interpretação do DP. Para as autoras, não resta

¹⁴ As autoras não fazem distinção do termo português quando os dados se referem às duas variedades, PE e PB.

dúvida de que a posição dos adjetivos justifica uma análise na qual o DP contém outro elemento funcional entre D e N, restando saber qual a natureza dessa categoria funcional intermediária. A análise sintática de Cinque (1994, 2010) para os diferentes adjetivos é mencionada neste capítulo como uma forma de capturar as diferentes posições do adjetivo. As duas variedades do português não apresentam diferenças com relação à posição do adjetivo no sintagma nominal, o que ocorre é uma variação quanto à morfologia de número, que é não-uniforme em PB e uniforme em PE. No final do capítulo, as autoras apresentam dados de nomes nus (*bare nouns*), mostrando que o PE, além de não aceitar o singular nu, aceita o plural nu em posição de objeto e com algumas restrições em posição de sujeito, enquanto o PB aceita tanto o singular nu quanto o plural nu em posições argumentais. Brito e Lopes encerram o capítulo identificando, de um lado, algumas propriedades presentes nas duas variedades e, de outro lado, as propriedades do sintagma nominal que diferenciam o PB e o PE.

O capítulo *Wh-movement: Interrogatives, Relatives and Clefts*, de Miotto e Lobo, trata das sentenças (interrogativas, relativas e clivadas) que compartilham a propriedade de poder começar a frase com uma expressão-Wh, ligada, na maioria das vezes, a uma posição vazia dentro da sentença. Estas sentenças se diferenciam no padrão de ordem das palavras que apresentam, na sua distribuição sintática e nas suas propriedades discursivas. Os autores apontam, neste capítulo, as propriedades gerais de cada uma dessas sentenças, mostrando as diferenças relevantes entre PB e PE, além de fazerem uma revisão teórica das diferentes análises dessas sentenças.

O português é interessante quanto ao parâmetro que opõe as sentenças *Wh-in situ* às *Wh*-frontado, uma vez que permite as duas estruturas, concentrando a maior diferença entre PB e PE nas interrogativas deslocadas. Nestas sentenças, o PE deixa o sujeito em posição pós-verbal quando o elemento-Wh se move, pois ele não pode intervir entre a expressão-Wh movida e o verbo; enquanto no PB o sujeito permanece na posição pré-verbal nas interrogativas deslocadas. Apenas na presença de uma expressão-Wh do tipo “que livro” é que o PE aceita a ordem WhSV. Outra característica que diferencia as duas variedades é a possibilidade de *Comp* duplamente preenchido apenas em PB. Miotto e Lobo apresentam análises que procuram evitar a opcionalidade *in situ* deslocado (AMBAR, 2003; KATO, 2013). Além dessas análises, os autores destacam no texto (i) a posição ocupada pelo elemento-Wh deslocado e pelo verbo finito, (ii) a propriedade que dispara o movimento Wh, (iii) a impossibilidade de interrogativas *Wh-in situ* com complementizador em *Comp* e em perguntas clivadas, e (iv) algumas propostas de derivação das interrogativas (MIOTTO, 1994, 2011; MIOTTO; KATO, 2005).

Na seção sobre as sentenças relativas, os autores afirmam que as duas variedades do português têm um comportamento parecido quanto à estratégia padrão de relativização. O que vai diferenciá-las é que o PB parece aceitar mais estratégias não-padrão do que o PE. Miotto e Lobo tratam das relativas com núcleo nominal (RNN) padrão e estratégias não-padrão, das relativas livres (RL) e suas restrições e das relativas livres infinitivas (RLI). Para as RNN, os autores mencionam duas propostas de análise, uma mais tradicional na qual o CP é adjungido à projeção nominal, com o *Wh* ou operador nulo estabelecendo uma relação com o antecedente (CHOMSKY, 1977; TARALLO, 1983; BRITO, 1991), e outra em que o CP é selecionado por D, com o antecedente sofrendo alçamento (KAYNE, 1994; KENEDY, 2002; CARDOSO, 2011). Os autores mostram alguns aspectos que diferenciam as RL das RNN (MÓIA, 1992; MARCHESAN, 2012; MARCHESAN; MIOTO, 2012), como o fato de não poderem ser introduzidas pelo complementizador (que) ou por alguns pronomes-*Wh* (cujo, o qual), terem uma distribuição mais limitada na sentença e estarem sujeitas aos requerimentos de compatibilidade. Os autores ainda chamam atenção para o fato de as RL serem facilmente confundidas com as interrogativas encaixadas. Quanto ao status das RL, Miotto e Lobo deixam a questão em aberto, alguns autores consideram as RL como CPs (MARCHESAN, 2012; MARCHESAN; MIOTO, 2012), enquanto outros consideram como estruturas nominais, NP ou DP (BRITO, 1991; MÓIA, 1992). As RLI são apresentadas como sentenças infinitivas que somente ocorrem com um conjunto limitado de verbos (haver, ter, encontrar, arranjar, trazer). Também há controvérsia quanto à análise desse tipo de relativa.

Miotto e Lobo separam as clivadas das pseudoclivadas em seções distintas devido a uma certa resistência ao tratamento unificado. Iniciam, definindo as sentenças clivadas plenas e mostrando que, além da forma padrão, a clivada pode ser invertida. Também mostram a clivada sem cópula e a reduzida (com a sentença-que apagada). Os autores discutem algumas propriedades das clivadas plenas: se a sentença-que é uma relativa; se a concordância (de tempo e pessoa) é obrigatória ou opcional entre a cópula e o verbo da principal, de um lado, e a cópula e o foco, de outro lado; qual o tipo de foco que a clivada pode conduzir e qual a derivação dessas sentenças. Com relação às pseudoclivadas, Miotto e Lobo apresentam a sentença padrão (relativa livre + cópula + foco), a extraposta (cópula + foco + relativa livre no final), a invertida (foco + cópula + relativa livre) e a pseudoclivada reduzida (cópula + foco). A pseudoclivada padrão pode disparar uma leitura especificacional ou predicacional, gerando ambiguidade. Miotto e Lobo finalizam o capítulo afirmando que a natureza das restrições translinguísticas que operam sobre as sentenças que envolvem movimento-*Wh* está aberta à discussão, sendo necessárias outras investigações para clarear algumas dessas questões.

Sonia Cyrino e Gabriela Matos, no capítulo *Null Objects and VP Ellipsis in European and Brazilian Portuguese*, propõem um exame de dois fenômenos relacionados que têm recebido muita atenção, tanto em sintaxe teórica quanto em estudos mais comparatistas: os objetos nulos e a elipse de VP. Os primeiros, como ressaltam as autoras, ganharam proeminência a partir de desenvolvimentos do modelo de Regência e Ligação nos anos 1980, em especial, a partir de um debate acerca da tipologia de categorias vazias introduzida por Chomsky (1982) (HUANG, 1984). A questão central aí era compreender que tipo de DP nulo ocorria nessas construções e quais eram suas propriedades. Em relação ao segundo fenômeno – a elipse de VP –, um dos objetivos iniciais foi determinar suas condições de licenciamento e a natureza categorial da lacuna. O português (tanto em sua variedade europeia quanto brasileira), como mostram as autoras, apresenta dados interessantes dessas duas estruturas.

Em relação aos objetos nulos no PE e no PB, o foco das autoras é o que elas chamam de objetos nulos anafóricos, como em *ela comprou o casaco sem experimentar* __, e situacionais, como em *eu vi* __ *na TV ontem*. O capítulo conclui em favor de uma análise híbrida, na qual os objetos nulos correspondem a categorias diferentes no PB e no PE. Para o PB, seguindo a proposta original de Cyrino (1997), as autoras argumentam que os objetos nulos são, na verdade, o resultado de uma elipse do DP complemento, e não, como em várias propostas, uma instância de *pro* (FARRELL, 1990). Para o PE, é assumida uma proposta mais tradicional (RAPOSO, 1986), segundo a qual os objetos nulos são variáveis A'-ligadas a um constituinte nulo na posição de tópico. Já em relação à elipse de VP, o que Cyrino e Matos sustentam, dentro de uma abordagem minimalista, é, *grosso modo*, que o predicado verbal elidido deve ser licenciado por um núcleo funcional com traços verbais que o c-comande localmente. A distinção entre o PE e o PB é atribuída à diferença nesse núcleo funcional.

As análises propostas no capítulo são extremamente rigorosas, tanto do ponto de vista teórico, quanto do ponto de vista empírico, haja vista a quantidade de dados arrolados ao longo do texto. Cyrino e Matos conseguem, portanto, efetuar um casamento harmonioso entre clareza conceitual e respeito aos fatos: dois importantes valores da pesquisa em torno da língua.

O capítulo *Passives and Se Constructions*, de Martins e Nunes, apresenta algumas importantes propriedades de construções com particípio passivo, passivas com *-se* e construções com o *-se* impessoal no PB e PE. Na primeira parte do capítulo (seção 2), os autores abordam construções com particípio passivo, distinguindo as passivas verbais das adjetivas e o particípio passivo do particípio que figura em tempos compostos. A morfologia de particípio pode ser associada a construções passivas

e à noção de perfectividade. Os autores mostram que ambos os empregos podem figurar em uma mesma construção, como em *As funcionárias tinham si-d-o contratad-a-s pela Maria*. A diferença entre esses empregos estaria na morfologia de concordância; enquanto o particípio perfeito aciona uma morfologia *default* (masculino singular), o particípio passivo concorda em gênero e número com o constituinte gerado como argumento interno (as funcionárias). É interessante o fato de esses dois usos do particípio interagirem diferentemente em relação à colocação do clítico no PB e no PE.

O PB é um sistema proclítico; logo, é esperada a má-formação de sentenças em que ocorre a ênclise tanto ao verbo auxiliar quanto à forma no particípio (verbal ou adjetivo). Já o PE é um sistema enclítico, podendo ser empregada a próclise apenas na presença de elementos atratores, como itens de negação ou focalizados. Uma questão interessante observada pelos autores em construções com particípio verbal e adjetivo é que, tanto no PB quanto no PE, a presença de uma morfologia de concordância adjetiva (gênero e número) no particípio bloqueia a adjunção do pronome: *As revistas foram, com toda a certeza, me enviadas pelo João* (*PE; *PB); *As revistas foram enviadas-me pelo João* (*PE; *PB). A explicação para essa restrição é que as marcas de concordância tornariam as formas no particípio semelhantes aos adjetivos, aos quais um clítico não pode ser anexado em nenhum dialeto.

Outra questão interessante relacionada a formas no particípio é que construções passivas adjetivas – mas não passivas verbais – se realizam com verbos aspectuais, como *estar* ou *ficar*. Estas não admitem a expressão do argumento externo sob a forma de adjunto. A forma no particípio dessas construções é interpretada como passiva no sentido de descrever um estado do argumento interno. As passivas verbais são formadas no componente sintático, ao passo que as passivas adjetivas são formadas no léxico. Essa diferença é apontada como a razão para a regularidade das construções passivas verbais em contraste com um padrão muito diversificado que caracteriza as passivas adjetivas, dependendo do item lexical envolvido. Ancorados em exemplos do PE, em que as propriedades da passiva verbal são mais transparentes¹⁵, os autores observam, ainda, que o argumento interno de uma passiva verbal não pode ser marcado com caso acusativo, exibindo, ao invés deste, o caso nominativo.

No início da terceira seção, os autores enfocam construções com o *-se* impessoal, empregado tanto no PB quanto no PE, e o *-se* passivo, o qual não é mais produtivo no PB. Por essa razão, essa diferença é estabelecida a partir do PE. Mesmo sendo similares na forma e no significado, construções com *-se* impessoal apresentam diferentes propriedades daquelas com *-se* passivo. Os autores mostram

15 No PB, há propriedades independentes que confundem a classificação de uma construção como passiva verbal, como por exemplo a perda do clítico acusativo de terceira pessoa, a homofonia entre pronomes fracos e fortes de terceira pessoa acusativo e nominativo e o enfraquecimento da morfologia de concordância.

que essas diferenças ocorrem no âmbito da concordância, da ordem de palavras, da atribuição de caso e também da interpretação. Observam, enfim, que o *-se* impessoal emerge de uma reanálise de construções com *-se* passivo como um sujeito sintático; por essa razão, o *-se* passou a ser usado com quaisquer tipos de verbos, não ficando mais restrito a construções com verbos transitivos.

No fechamento do capítulo, Martins e Nunes apresentam particularidades das estruturas com *-se* impessoal em relação à colocação do clítico. Uma importante distinção apontada entre as variedades é que o PE impede que o *-se* impessoal coocorra com o *-se* reflexivo no interior de uma mesma sentença, enquanto o PB não impõe essa restrição, desde que os clíticos não estejam adjacentes. A proposta dos autores é que a restrição que opera sobre o PE é de natureza sintática; já a que opera sobre o PB é de natureza fonológica, uma vez que está relacionada à adjacência dessas formas.

No capítulo *Binding and Pronominal Forms in Portuguese*, Menuzzi e Lobo fazem um apanhado teórico-descritivo da distribuição e interpretação das formas pronominais no PB e no PE, com ênfase especial nas anáforas em terceira pessoa. Seguindo a abordagem de cadeias-e-reflexividade, de Reinhart e Reuland (1993), os autores propõem que fatores lexicais, como a reflexividade de predicados, e fatores sintáticos, como a formação de cadeias e a especificação de traços- ϕ , são cruciais para entender as dependências anafóricas no PB e no PE. Com atenção à variação dialetal, Menuzzi e Lobo atacam questões problemáticas para as teorias vigentes, como: (i) a aceitabilidade de pronomes localmente ligados dentro de PPs (contrariando as previsões da Condição B (CHOSMKY, 1981)); (ii) a ligação à distância do pronome governado *si* no PE; (iii) o estatuto anafórico dos sujeitos nulos no PB; (iv) a especialização dos pronomes plenos à interpretação referencial (NEGRÃO; MULLER, 1996); (v) o contraste entre os possessivos *seu* e *dele*, entre outros.

O tema recorrente, que unifica as análises esboçadas para cada um desses fenômenos, é a tese de que a distribuição das formas pronominais não é definida somente pela interação entre suas propriedades lexicais e princípios universais (como as condições de Chomsky (1981) ou os princípios de economia e visibilidade de cadeias assumidos pelos autores), mas também pela *classe de formas com que cada item lexical compete*. Essa relativização dos princípios ao conjunto de formas disponíveis na língua, além de propiciar ganhos descritivos, leva à conclusão de que as condições sobre anáfora podem (e devem) ser tidas como violáveis.

Tais resultados ratificam a necessidade de superar o paradigma de análise clássico instituído por Chomsky (1981). Como os autores ressaltam, essa abordagem enfrentava dificuldades tanto

conceituais – como a arbitrariedade da definição de seus conceitos básicos (SAFIR, 2004) –, quanto empíricas – como a aplicabilidade limitada a línguas distintas do inglês (REULAND, 2011). As fragilidades conceituais são particularmente sensíveis no contexto minimalista (HORNSTEIN, 2001; CHOMSKY, 2005), mas as limitações empíricas também merecem igual atenção. Nesse sentido, o capítulo figura como uma contribuição importante a debates teóricos correntes – tendo em vista especialmente o fato de que, como mostram os autores, línguas românicas como o PE e o PB têm sistemas pronominais intrincados e tipologicamente distintos do inglês (foco frequente das análises na literatura). Além disso, o texto pode funcionar como um resumo oportuno e como uma atualização de algumas teses originárias de Menuzzi (1999). Trata-se, pois, em suma, de uma referência de relevo para os estudos em Teoria da Ligação.

3. Semântica e Pragmática

Em *The Semantics of DPs*, Ferreira e Correia investigam algumas peculiaridades dos sintagmas determinantes no português (especialmente no PB). O tema é pertinente, pois os DPs no PB apresentam algumas idiossincrasias que representam desafios ao modo como a composição semântica dessas expressões costuma ser pensada.

Os autores compilam alguns dados curiosos nesse sentido. Um exemplo é a possibilidade de nomes próprios encabeçados por determinantes definidos opcionais, como em *(o) João*, *(a) Carla*, etc. Esse dado é, *prima facie*, problemático, pois muitas teorias semânticas (em especial após Kripke (1980)) veem os nomes próprios como designadores rígidos, que denotam diretamente indivíduos. Não é claro, nessa perspectiva, qual a contribuição semântica do artigo definido nesses casos. Uma saída discutida pelos autores é considerar o determinante, quando presente, como um expletivo. Outra é modificar a semântica dos nomes próprios e postular determinantes nulos para os nomes próprios nus. Ambas as hipóteses precisam, ainda, ser compatíveis com uma explicação pragmática para o fato de que a presença do artigo veicula uma atitude de maior familiaridade com o referente, a despeito de o artigo pleno aparentemente não influenciar as condições de verdade do enunciado. Esse tipo de impasse é muito comum na avaliação de teorias e ilustra bem a natureza da reflexão científica sobre a linguagem.

Os autores trazem ainda uma série de outras discussões muito interessantes, tais quais: (i) a diferença epistêmica, em certos contextos não-encaixados, entre, de um lado, *um* e *algum*, e, de outro, *algum* e *alguns*; (ii) a polaridade positiva de *algum*, *alguns* e *uns* (i.e. a impossibilidade de eles serem

interpretados sob escopo de operadores negativos) e a curiosa ausência dessa propriedade na forma *um*; (iii) a insensibilidade de todos indefinidos a ilhas de escopo (i.e. sua possibilidade de assumir escopo amplo independentemente do contexto sintático); (iv) a semântica dos nominais (plurais e singulares) nus no PB. Boa parte dessas questões introduzidas de forma competente pelos autores são deixadas em aberto, de modo que o capítulo serve como uma espécie de convite ao estudo desse tema tão instigante.

O texto *Lexical Semantics: Verb Classes and Alternations* aborda as propriedades que certos verbos compartilham quando formam uma classe. Cançado e Gonçalves assumem que semelhanças nos componentes de significado são insuficientes para classificar os verbos de uma forma sistemática, sendo necessário considerar um conjunto de propriedades que têm reflexos no seu comportamento sintático, como a expressão de argumentos, a passivização e a reflexivização. A classe de verbos de mudança, por exemplo, é constituída por verbos que descrevem mudança de estado, como *derreter*, e também por verbos de mudança de posse, como *temperar* — em que a entidade denotada pelo objeto passa a ter uma propriedade como resultado da ação descrita pelo verbo, conforme Cançado et al. (2013). Essa distinção entre verbos de mudança é gramaticalmente relevante porque determina uma alternância causativo-incoativa, licenciada, tanto no PB quanto no PE, apenas pelos verbos que descrevem mudança de estado.

A proposta das autoras é mostrar uma forma de representar adequadamente a informação lexical de verbos semanticamente semelhantes, mas com comportamento sintático diferente, discutindo propriedades de algumas classes de verbos e alternância argumental nas variedades do PB e do PE. Em sua análise das classes verbais do português, elas adotam a proposta de decomposição de predicado. Esta consiste numa representação léxica mais estruturada que a lista de papéis temáticos, uma vez que permite representar um verbo a partir de um ou mais predicados primitivos, os quais representam componentes do significado que são recorrentes em um grupo de verbos relevante gramaticalmente.

As autoras analisam dois tipos de alternância (*agente-beneficiário* e *parte-todo*) no PB e no PE a partir da estrutura de decomposição de predicados. Elas assumem que cada tipo de alternância envolve uma classe verbal específica e argumentam que há uma estreita relação entre classe verbal e determinadas propriedades sintáticas e semânticas. A alternância do tipo *agente-beneficiário* — *O cabeleireiro cortou o cabelo de João/O João cortou o cabelo* — envolve verbos como *cortar*, *lavar*, *extrair*, *operar*. Já a do tipo *parte-todo* — *Alguém quebrou o braço do João/O João quebrou o braço* — envolve verbos como *quebrar*, *abrir*, *estragar*, *rasgar*. Ao longo do capítulo, são apresentadas

evidências sintático-semânticas de que os verbos envolvidos nessas alternâncias pertencem a classes verbais distintas. Embora ambas as alternâncias ocorram no PB e no PE, elas são mais produtivas no PB. A partir da análise de estruturas com alternâncias do tipo *agente-beneficiário* e *parte-todo*, as autoras constataam que o primeiro tipo ocorre apenas com verbos causativos com causa externa e em estruturas em que o VP descreve um evento em que alguém pede para outra pessoa (um especialista, normalmente) realizar algo. O segundo tipo ocorre, no PB, com verbos de mudança de estado que selecionam um objeto denotando a relação parte-todo; já no PE, esse tipo de alternância ocorre com verbos de mudança de estado que são causativos na base e que envolvem, necessariamente, uma relação corpo/parte, impondo ao possuidor o traço [+animado].

Tense and Aspect: A Survey enfoca o modo como os falantes analisam propriedades dos predicados para elaborar informações que as sentenças dão sobre tempo e aspecto a partir de dados do PB e do PE. Ilari, Oliveira e Basso iniciam a discussão sobre a noção de aspecto a partir da distinção que o português faz no emprego dos verbos copulares: *ser*, *estar* e *estar sendo/a ser*, que codificam diferentes formas de olhar a mesma propriedade. Logo, são distintas pelo aspecto, que é definido pelos autores como “o conjunto de perspectivas que podem ser aplicadas a um predicado”. Aspecto é abordado como uma propriedade de sentenças, elaborado através de um cálculo composicional. O verbo lexical é um componente fundamental para o cálculo do aspecto, pela informação que carrega na sua morfologia e pelo conteúdo semântico, mas há outros fatores importantes, como *NPs objetos, adjuntos, auxiliares e tempo*.

De acordo com os autores, tanto no PB quanto no PE, a informação aspectual dada pela raiz do verbo pode mudar a depender do NP objeto ou de adjuntos. Nomes de massa e plurais nu na posição de objeto de verbos télicos, como *vender*, projetam predicados atélicos; já nomes contáveis singular ou plural com determinante preservam a natureza télica do verbo. A inserção de um adjunto locativo pode transformar um predicado não-culminante em um predicado culminante, como em *João caminhou por quatro horas/*em quatro horas vs. João caminhou_{PB} até a/_{PE} até à estação *por quatro horas/em quatro horas*. A importância dos auxiliares para o cálculo do aspecto é mostrada a partir de construções com o emprego do tempo passado perfeito composto e de construções com a cópula. Os autores observam que o tempo passado perfeito composto no português cria um processo construído sobre um número indeterminado de repetições (OLIVEIRA E LEAL, 2012; MOLSING, 2010), diferenciando-se, nesse sentido, do seu equivalente em outras línguas românicas. Já a cópula combinada com uma forma no participípio passado dá a ideia de que determinada ação foi realizada no passado e que o estado resultante desta ação se mantém até o momento do enunciado.

Os autores mostram, ainda, como o tempo pode gerar diferentes resultados na aceitabilidade e na interpretação de sentenças quando se combina com uma ou outra classe acional e, por fim, abordam o que consideram as duas principais alternativas aspectuais codificadas por tempos em português: *semifactividade vs. repetição* e *perfectividade vs. imperfectividade*. A partir de exemplos com predicados como *fumar*, os autores mostram que alguns verbos (e alguns tempos) podem adquirir uma interpretação *semefactiva* ou *iterativa*, a depender do contexto da sentença. A distinção entre *perfectividade* e *imperfectividade* é apontada como a principal diferença aspectual relacionada a tempo não apenas no PB e no PE mas também em muitas outras línguas. Os tempos *presente*, *imperfecto* e *futuro* do indicativo são associados ao aspecto imperfectivo; o tempo *perfecto* e a maioria dos *tempos compostos* são associados ao aspecto perfectivo; já o *passado perfecto composto* apresenta um *status* diferenciado.

O mapeamento de como ocorre a marcação de tempo e aspecto no PB e no PE feito ao longo do capítulo mostra que essas duas variedades marcam de forma semelhante essas categorias, exibindo poucas e pontuais distinções.

Mood and Modality aborda os conceitos de modo e modalidade a partir de dados do PB e do PE. Na primeira parte do capítulo, Marques e Pires de Oliveira discutem a noção de modo e observam que o PB é mais sensível à distinção *realis/irrealis* que o PE. Este admite o emprego do subjuntivo em muitas sentenças que descrevem fatos (*realis*), assim como do indicativo em sentenças encaixadas sob verbos ou expressões que introduzem um contexto ficcional (*irrealis*). Já o PB dá preferência pelo uso do subjuntivo se o estado de coisas descrito na sentença for verificável em alguns mundos possíveis, mas não necessariamente no mundo real; se for verificável no mundo real, então a preferência do PB é pelo uso do indicativo.

Na discussão da relação entre modo e força ilocucionária, os autores afirmam que, tradicionalmente, o indicativo tem sido associado a enunciados assertivos; e o subjuntivo a enunciados não-assertivos. Considerando que asserção pode corresponder à introdução de novas informações no discurso (STALNAKER, 1979), presumem que associar o indicativo a enunciados assertivos passa a ser problemático, uma vez que este modo pode figurar em contextos em que nenhuma informação nova está sendo introduzida; da mesma forma, julgam inadequado associar o subjuntivo a enunciados não-assertivos, considerando que este aparece em contextos nos quais há informação nova. Outra propriedade associada ao emprego do indicativo é que este expressa conhecimento ou crença positiva em relação ao conteúdo da proposição, enquanto o subjuntivo seria o modo *default*,

empregado nos demais casos. Essa associação também é vista como problemática pelos autores, que apresentam exemplos de sentenças expressando *desejo* e *incerteza* com verbos exibindo morfologia correspondente a um tempo do modo indicativo.

Na segunda parte do capítulo, é enfocada a noção de modalidade. No português, a modalidade pode ser expressa por verbos auxiliares, verbos plenos, nomes, adjetivos, advérbios, sufixos e também por alguns morfemas verbais. Na análise da relação entre modalidade e as categorias de tempo e aspecto, os autores adotam uma distinção, proposta por Condoravit (2002), entre perspectiva temporal – que corresponde ao tempo em que um conjunto de informações é avaliado – e o tempo do evento. Em relação ao imperfeito do modo indicativo, observam que, quando a perspectiva temporal corresponde ao tempo da fala, o imperfeito dificilmente será interpretado como expressando modalidade epistêmica. Ele estará associado a uma noção de incerteza ou desejo.

Por fim, é proposta uma análise integrada entre as categorias modo e modalidade no português. Os autores assinalam que o modo indicativo requer que a proposição seja verdadeira em cada um dos mundos possíveis, enquanto o subjuntivo exige pelo menos um mundo no qual a proposição não seja verdadeira.

Em *Some issues in negation in Portuguese*, Schwenter investiga as propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas das diversas manifestações da negação no português, com ênfase no PB. De início, o autor propõe organizar a variedade de usos da negação em torno de uma distinção entre negação canônica e não-canônica. A negação canônica (ou não-marcada) no português é simplesmente a ocorrência do morfema negativo *não* em posição pré-verbal. Segundo o autor, os aspectos mais instigantes se concentram, todavia, nos usos não-canônicos (ou marcados), que englobam a chamada dupla negação (e.g. *não trouxe não*), a negação exclusivamente pós-verbal (e.g. *trouxe não*), a concordância negativa (e.g. *ninguém trouxe nada*) e a negação metalinguística (e.g. *eu não [trusi], eu [trowsi]*). O curioso é que, com exceção deste último caso, todos os outros codificam uma mesma função semântica: um operador de inversão de polaridade, que altera o valor de verdade da proposição sob seu escopo. O texto mostra, assim, de forma muito competente, como uma operação semântica constante pode se atualizar em contextos sintáticos e pragmáticos muito diversos e peculiares.

Um dos pontos mais interessantes e originais do capítulo é a proposta de explicação pragmática e sincrônica para o fenômeno da dupla negação e da negação pós-verbal (e também para a diferença entre ambas). É comum assumir-se que essas formas de negação não-canônica são diferentes estágios

de uma mudança em curso, aos moldes do que Jespersen (1917) propôs para a negação em francês. Schwenter argumenta que o PB não se enquadra nesse modelo: para ele, a dupla negação seria uma forma estável, licenciada apenas em contextos em que a proposição sob seu escopo esteja, de algum modo, *ativa* no discurso anterior. Já a negação pós-verbal não seria uma mera versão reduzida da dupla negação, pois teria um uso mais restrito, funcionando apenas em oposição a proposições *explicitamente* enunciadas no discurso.

Ao fornecer um panorama geral sem se filiar a uma teoria em particular (embora a influência de Horn (1989) seja saliente), o capítulo revela um universo de distinções sintáticas e pragmáticas surpreendentes associadas à negação, ao mesmo tempo em que esboça algumas explicações não-triviais, acenando para a sistematicidade do fenômeno.

Em *Discourse Markers*, Lopes apresenta as duas principais categorias de marcadores discursivos (MD): aqueles que indicam interação entre o falante e o ouvinte (“olha”, “certo?”, etc.) e as expressões que indicam relações entre segmentos discursivos, guiando os ouvintes/leitores no processo de interpretação. Seu texto trata do segundo tipo, usando exemplos do PE.

Como propriedades dos MDs, são mencionadas, dentre outras, a classe heterogênea que os engloba e a sua polifuncionalidade. Em relação à primeira propriedade, a autora observa que um MD pode pertencer à classe das conjunções (“mas”, “e”, etc.), advérbios (“agora”, “então”, etc.), sintagmas preposicionais (“no entanto”, “por conseguinte”, etc.) e sintagmas verbais (“isto é”, “quer dizer”, etc.). Dessa forma, podem somente ser definidos em termos pragmáticos ou funcionais. A polifuncionalidade de um MD remete à sua capacidade de exercer mais de uma função, dependendo do contexto em que se encontre.

Lopes estabelece sete classes de MDs: 1) *elaborativos*, com função de fornecer informação adicional (como “mais concretamente”, “por exemplo”, “com efeito”); 2) *contrastivos*, divididos em: a) *contra-argumentativos*, que suprimem uma inferência dada pelo segmento anterior (“porém”, “contudo” etc.); b) *contrastivo-comparativos*, que sinalizam a oposição entre duas situações comparáveis (“ao invés”, “ao contrário” etc.); 3) *conclusivos* (como “portanto”, “logo”, “por conseguinte”); 4) *justificativos* (“pois”, “porque”, “dado que” etc.); 5) *reformulativos*, que introduzem uma paráfrase que facilita a compreensão (“ou seja”, “isto é” etc.) ou corrige o que foi dito (“aliás”, “mais precisamente” etc.); 6) *de síntese*, que fornecem um resumo do que foi dito (“em resumo”, “em síntese” etc.); e 7) *de estruturação discursiva*, marcando o início, a continuação e o fim do discurso

(“para começar”, “depois”, “por fim” etc.).

Por fim, Lopes aponta a necessidade de se ter em vista aspectos organizacionais da conexão do discurso, uma vez que as relações discursivas podem auxiliar na delimitação de classes prototípicas de DMs. Assinala, ainda, a importância da realização de pesquisas pormenorizadas sobre modelos hierárquicos ou modulares de organização discursiva para que se chegue a uma descrição e explicação mais precisa sobre o papel dos DMs na construção do discurso.

4. Estudos de Interfaces

No capítulo *The phonology-syntax interface*, Santos e Vigário oferecem um panorama geral da fonologia prosódica (e sua interface com a sintaxe) aplicada ao português em suas variedades europeia e brasileira. Até meados da década de 1970, a fonologia gerativa operava com o modelo de representação linear do *Sound Pattern of English*, de Chomsky e Halle (1968). Com exceção dos casos que motivavam as “regras de reajuste” – responsáveis por “converter as estruturas geradas pelo componente sintático em um formato apropriado para o componente fonológico” (CHOMSKY; HALLE, 1968, p. 9) –, às quais era delegado um estatuto marginal, o *input* e o domínio das regras fonológicas era tido como equivalente ao *output* da sintaxe. A rigor, uma forma fonética era derivada “como uma continuação da derivação sintática” (JACKENDOFF, 1997, p. 26).

As autoras apresentam algumas razões pelas quais a fonologia prosódica – em linha com outros modelos não-lineares emergentes a partir dos anos 1970 (MCCARTHY, 1982) – rejeita essa suposição. O capítulo começa recapitulando algumas evidências em prol de unidades prosódicas suprassilábicas (palavras fonológicas, frases fonológicas e grupos entoacionais) no PB e no PE nos termos da hierarquia prosódica de Nespor e Vogel (1986) (BISOL, 1992; FROTA, 2000). A natureza da correspondência e interação entre essas unidades fonológicas e as unidades da sintaxe (as palavras morfossintáticas e os sintagmas) é examinada em seguida. O que as autoras defendem é que os constituintes prosódicos são formados de acordo com restrições próprias relativamente independentes da estruturação sintática – ideia já bem consolidada na literatura. Um exemplo clássico de correspondência imperfeita explorado pelas autoras são os clíticos, que são unidades autônomas na sintaxe, mas não na fonologia.

A conclusão geral, muito bem ilustrada por vários tipos de dados, é que fonologia pode ser subdeterminada pelas informações disponíveis na interface com o módulo sintático. Certas propriedades de uma representação fonológica devem “ser caracterizadas por princípios fonológicos

autônomos” (JACKENDOFF, 1997, p. 27). Tal conclusão – que é uma afirmação do caráter modular da língua –, se estendida para as demais interfaces da gramática, pode ter consequências profundas para a maneira como pensamos a faculdade da linguagem humana.

No capítulo *The Phonology and Morphology of Word Formation*, Villalva e Gonçalves têm por objetivo apresentar alguns traços morfológicos do português que o separa de outras línguas da família românica, além de comparar os subsistemas do PB, variedades do sul do país, e do PE, variedade de Lisboa. Os autores apresentam, baseados sobretudo nos trabalhos de Villalva (1994), Villalva e Silvestre (2014) e Gonçalves (2004, 2014), uma visão geral das principais propriedades morfológicas e fonológicas dos processos de formação de palavras, além de discutir alguns processos não levados em consideração na tradição gramatical.

Esse capítulo está dividido em quatro seções. A primeira seção dedica-se ao processo de afixação. Os autores apontam que, no português, o processo de sufixação é predominante e que todos os predicadores são sufixos derivacionais e todos os prefixos e alguns sufixos avaliativos são modificadores. A segunda seção trata de processos de afixação que envolvem modificação, como a sufixação avaliativa, o truncamento, os aspectos de produtividade fonológica na afixação, a prefixação e a alomorfia na afixação. A terceira seção, dividida em cinco partes, explica a composição, processo que combina raízes ou palavras. Embora afirmem não haver distinção entre raízes e afixos, os autores apresentam uma caracterização para as raízes que as diferenciam dos afixos. Nessa seção, além dos tipos mais conhecidos de composição, os autores também apresentam o cruzamento vocabular e a emergência de novos constituintes morfológicos. Em ambas as seções, os autores trazem uma grande quantidade exemplos tanto do PB quanto do PE, sempre preocupados em apontar as semelhanças e as diferenças entre as duas variedades.

Na última seção, Villalva e Gonçalves concluem que os estudos de morfologia do português podem servir tanto para consolidar análises feitas sobre cada variedade independentemente., quanto para apontar contrastes entre PB e PE e mostrar que há necessidade de análises diferentes para certos subsistemas da gramática. Recordando pontos tratados ao longo das seções anteriores, os autores chegam à conclusão de que a principal diferença entre as duas variedades reside no emprego mais comum de certos processos como reduplicação, cruzamento vocabular e truncamento em PB do que em PE.

O capítulo *The Morphology and Phonology of Inflection*, de autoria de Schwindt e Wetzels,

descreve a morfologia flexional do nome e do verbo em português relacionando-a com aspectos fonológicos. Dividido em três seções, esse capítulo trata da flexão nominal logo na primeira parte. Apesar de aparentemente simples, o sistema flexional traz várias repercussões fonológicas e, para mostrar essas especificidades, os autores fazem uma exposição detalhada sobre a marcação de gênero e número dos nomes em português. Em relação ao gênero, eles discutem se o fato de os nomes geralmente terminarem em vogal em português tem motivação morfológica ou fonológica: seria a vogal um morfema – vogal temática, como defendia Mattoso Câmara (1970) – ou um marcador de classe, como defende Mateus e d’Andrade (2000)? Já em relação ao número, os autores se concentram nos casos terminados em ditongos nasais e nas consoantes /R, S, l/, uma vez que a literatura apresenta diferentes análises para esses casos. No caso dos nomes terminados em ditongo nasal, a abordagem de Wetzels (1997), que nega o tradicional argumento de que é necessário um /N/ na derivação para explicar o plural desses nomes, é colocada em destaque. Já no caso dos nomes terminados em /R, S, l/, os autores acreditam que a emergência de uma vogal entre a raiz e o sufixo de plural tem motivação fonológica, e não morfológica, uma vez que ela previne a má-formação da coda.

Na segunda seção, Schwindt e Wetzels tratam da flexão verbal dos verbos regulares, abrindo a primeira subseção com a apresentação da estrutura morfológica para as formas verbais finitas mais aceita pelos estudiosos da área, proposta por Câmara Jr. (1970). Nesta subseção, os autores apontam algumas diferenças entre o PB e PE, como o uso da mesóclise, que ocorre apenas no PE e sugere que a estrutura verbal interna para tempos futuros pode ser diferente nas duas variedades. Na sequência, os autores falam sobre a fonologia dos verbos flexionados e discutem várias propostas, algumas delas envolvendo a Teoria da Otimidade, para um dos problemas que tem sido mais estudado pelos pesquisadores da área: a alternância envolvendo vogais médias na raiz verbal, como ocorre com o verbo ‘secar’ no presente do indicativo: ‘s[ɛ]co’ (1ps) e ‘s[e]camos’ (1pp)

Na terceira seção, os autores concluem o capítulo retomando as discussões apresentadas sobre as questões tradicionais e as controvérsias que envolvem a natureza das regras fonológicas e se elas estão de fato relacionadas às categorias morfológicas. Além disso, eles apontam para a necessidade de trabalhos futuros que sejam capazes de esclarecer tais questões que permanecem abertas.

O capítulo *Clitic Pronouns: Phonology, Morphology, and Syntax*, de Luís e Kaiser, descreve e investiga as propriedades fonológicas, morfológicas e sintáticas dos clíticos no português europeu moderno (PE) e no português brasileiro (PB). Os autores mostram a grande diferença nos sistemas de clíticos nas duas línguas. O capítulo está estruturado, *grosso modo*, em três seções: na segunda,

que pode ser vista como uma visão geral do fenômeno, são descritas as principais propriedades dos pronomes clíticos objeto em português; na terceira seção, os autores tratam da assimetria entre os pronomes clíticos em posição pré e pós-verbal no PE, aqui são apontadas características fonológicas, morfológicas e sintáticas que interferem na colocação do clítico; por fim, na quarta seção, o sistema clítico do PB é apresentado, sendo as propriedades enfocadas a recorrência da colocação pré-verbal, a perda de pronomes clíticos objetos e a emergência de pronomes clíticos sujeito.

Os autores iniciam o capítulo mostrando as principais propriedades dos clíticos, entre elas, as diferentes formas pronominais, as possíveis combinações (as sequências permitidas e as ocorrências *portmanteau*), a sua deficiência prosódica e a obrigatoriedade de se combinarem com itens lexicais acentuados (com os quais formam uma palavra prosódica). Depois de apresentadas as características relevantes dos sistemas de clíticos, os autores abordam, na terceira seção, o comportamento dos clíticos em PE. Nessa variedade, os clíticos podem ocorrer em posição pré ou pós-verbal, apresentando a segunda opção como a posição *default*. Os autores mostram uma série de propriedades fonológicas e morfológicas que contribuem diretamente para a colocação do clítico nessa língua. Os autores chamam atenção para o fato de que, ao contrário do que ocorre nas demais línguas românicas, no PE (i) a posição do clítico em relação ao verbo é determinada por contextos sintáticos específicos, não pelo tempo ou modo verbal, e (ii) a posição *default* do clítico é a pós-verbal, não a pré-verbal (que depende da presença de palavras atradoras e permite a interpolação em alguns contextos). Luís e Kaiser apresentam ainda uma discussão das sentenças com combinações de clíticos e ocorrência de mesóclise em PE, características que não se verificam em PB. Segundo os autores, os clíticos em posição pós-verbal, ao contrário dos pré-verbais, estão sujeitos a regras da fonologia lexical e a alomorfia em PE (a alomorfia também se verifica nas possíveis combinações de clíticos e na ocorrência da mesóclise).

A quarta seção trata das principais propriedades do sistema clítico no PB. Diferentemente do PE, a posição *default* dos clíticos nessa língua é a pré-verbal, configurando um padrão proclítico. Na realidade, os falantes brasileiros tendem a substituir os clíticos por pronomes tônicos (ou não-clíticos) ou omitir tais elementos (principalmente os clíticos de 3ª pessoa). A possibilidade da posição pós-verbal dos clíticos em PB, segundo os autores, é restrita a dois casos: (i) em sentenças matrizes, envolvendo o clítico “se”, como em *Chegou-se à conclusão...*; (ii) com o clítico “o/a” em estruturas “Aux V_{inf}”, como em *Não seria conveniente mudá-lo*. As regras fonológicas que se aplicam entre os clíticos pré-verbais e o verbo são as mesmas que se aplicam em fronteiras de palavras nessa língua. Também ao contrário do que acontece em PE, o clítico é sempre adjacente ao verbo temático no PB

(excluindo, dessa forma, a interpolação e a adjacência a verbos auxiliares). Luís e Kaiser finalizam o capítulo apresentando uma discussão sobre a emergência dos clíticos sujeitos no PB. De acordo com os autores, o uso de formas pronominais reduzidas em posição de sujeito, como em *Cê trabalha muito*, tem sido interpretado como uma evidência de uma nova classe de clíticos.

5. Mudança, variação e contato linguístico

Brocardo e Santos Lopes, no capítulo *History and Current Setting*, iniciam o texto mencionando as principais mudanças linguísticas e os fatores condicionantes na formação do português a partir do latim. A conquista romana da Península Ibérica foi a responsável pela introdução do latim na região; a sua invasão pelas tribos germânicas e a conquista pelos mouros foram causas da criação de um refúgio de reinos cristãos ao norte (Galícia e parte do norte de Portugal atualmente, onde o português emergiu), que se expandiriam ao sul posteriormente.

Adotando o século X como o do nascimento do português, as autoras adotam a distinção entre dois períodos medievais: 1) o português antigo, dos séculos XIII e XIV; 2) o português médio, do início do século XV à metade do XVI. Essa distinção é motivada pelo aparecimento de mudanças entre os períodos, como o desaparecimento da distinção entre as terminações –ã e –õ e a predominância do participio em –ud– para os verbos da 2ª conjugação no primeiro período, que desapareceu no segundo.

Com relação ao PB, as autoras sugerem que a dinâmica da formação social do Brasil, envolvendo o contato entre falantes de português e povos cujas línguas não eram indo-europeias (indígenas e africanos, principalmente), pode ser tida como responsável pela diferenciação entre as duas variedades do português, a brasileira e a europeia. Em seguida, algumas diferenças entre PE e PB são mencionadas. Dentre as distinções fonético-fonológicas, tem-se que em PB as vogais desacentuadas são mais audíveis do que em PE (já que este último tende a reduzi-las e a apagá-las). As propriedades morfossintáticas, tratadas na última seção do capítulo, sinalizam distinções menos evidentes: pode-se citar como exemplo o uso do infinitivo gerundivo em PE (mas não em PB), o qual começou a ser usado no século XVIII, e o posicionamento dos clíticos (em geral, pós-verbal em PE e pré-verbal em PB).

O capítulo *Portuguese in Contact*, de Carvalho e Lucchesi, trata de variedades do português em contato e de línguas crioulas de base portuguesa, sendo o único capítulo a tratar dessas variedades. Inicialmente, o texto aborda o surgimento de pidgins e crioulos, que são resultado de um contato

intenso em que há uma língua dominante e falantes de diversas línguas ininteligíveis entre si. Os autores partem da teoria de que as línguas crioulas surgem quando um pidgin, um modelo de L2, é aprendido como L1 pelas crianças da comunidade, o que não é consenso entre os crioulistas (cf. Muysken & Smith 1994, Mufwene 2004, entre outros). A contribuição de adultos e crianças para a formação dessas línguas e as diferentes teorias de seu surgimento não são abordadas, apesar dos autores comentarem sobre a gramaticalização dos pidgins a partir da L1.

Os autores trazem o conceito de *transmissão linguística irregular* (TLI), a partir dos trabalhos de Lucchesi (2008 e 2012), que consiste em um processo de mudança linguística induzido por contato. Segundo os autores, este processo pode culminar no surgimento de uma língua crioula ou de variedades reestruturadas com características de criouliização. O resultado desse contato dependerá do grau de acesso à língua dominante. Nesse sentido, os autores argumentam que o português brasileiro sofreu significativa influência do contato com as variedades de português faladas por africanos e seus descendentes, tendo como resultado uma variedade que passou por uma TLI leve. Os reflexos desse contato podem ser observados nas regras de concordância nominal e verbal nas variedades populares, por exemplo.

Na África, o contato linguístico com o português possibilitou o surgimento de línguas crioulas em Cabo Verde e Guiné Bissau, na Alta Guiné, e São Tomé e Príncipe e Ano Bom, no Golfo da Guiné. Segundo os autores, o processo de criouliização no Golfo da Guiné foi mais radical, o que pode ser observado por exemplo nas partículas de tempo, modo e aspecto e na ausência de marcas de flexão verbal, entre outros. Na Ásia, esse contato resultou na formação de línguas crioulas na Índia, Sri-Lanka, China, Malásia e Timor Leste. Na América, o português está em constante contato com o espanhol nas regiões de fronteira, como é o caso da variedade de português uruguaio. As variedades faladas em Miranda do Douro e Barrancos, em Portugal, também convivem com o espanhol.

Holt apresenta, no capítulo *From Latin to Portuguese: Main Phonological Changes*, as principais mudanças fonológicas ocorridas na evolução linguística do latim ao português. A discussão está distribuída em três seções: na segunda, o autor trata da evolução da estrutura da sílaba desde o latim falado da antiguidade até o português moderno; na terceira seção, as propriedades salientes do sistema vocálico são abordadas (distinção das vogais orais e nasais, ditongos, redução vocálica e metafoia); na quarta seção, Holt trata de questões morfofonológicas de gramaticalização, de contração e de prosódia, as quais distinguem o português das outras variedades românicas.

O autor relaciona a queda do sistema de moras do latim com o aumento da variedade na qualidade das vogais – de /i e a o u/ para /i e ε a o u/ – assim como a mudança na estrutura da sílaba, o que teve consequências também no inventário de consoantes (assim como na sua geminação) e no aparecimento de vogais nasais. A emergência de ditongos em português também é mencionada, tendo sua origem, por exemplo, na perda de hiatos ou de consoantes intervocálicas ou em coda em latim. Estes processos são apresentados com detalhes neste capítulo.

Quanto às propriedades morfofonológicas relevantes na formação do português, Holt aborda, na última seção do capítulo, (i) o fenômeno da contração de preposições com artigos ou demonstrativos, (ii) a evolução do sistema verbal, com o surgimento de novas construções para expressar o tempo futuro e o modal condicional, (iii) a ocorrência de mesóclise verificada com verbos no futuro e no condicional e (iv) a independência prosódica, ocorrendo uma transição de formas gramaticais fortes (condutoras de acento no Latim) para formas prosodicamente fracas (no português), a colocação dessas formas depende da interação entre a fonologia e a sintaxe.

O capítulo *Morphosyntactic Changes and Grammaticalization Processes*, de Santos Lopes e Brocardo, descreve alguns processos de gramaticalização ocorridos ao longo da história do português, sob o enfoque dos princípios de *persistência* e de *decatégorização* (HOPPER, 1991; HEINE, 2003). O primeiro remete à permanência, na forma gramaticalizada, de alguns significados da forma de origem. O princípio da decatégorização está relacionado à perda de liberdade sintática e de independência como forma autônoma (HEINE; KUTEVA, 2007, p. 40). As autoras mostram a atuação desses princípios em processos de gramaticalização ocorridos em categorias verbais e em categorias nominais. Nesta resenha, apresentamos a análise das autoras a partir de um único exemplo de cada uma dessas categorias.

A formação do futuro simples do português está entre os processos que ilustram o fenômeno da gramaticalização envolvendo verbos. O futuro simples se originou de uma construção perifrástica do latim, em que o auxiliar *habere*, marcador de tempo futuro, se combina com uma forma infinitiva (*amare habemus* ou *habemus amare*). Essa construção passou a ser interpretada como modal (ADAMS, 1991). Exemplos expressando ideia modal de necessidade/obrigação figuravam, preferencialmente, na ordem *inf + habemus*. Essa conotação é vista como o gatilho para a perífrase passar a indicar futuridade. As formas de futuro simples do português — *amaremos*, *amareis* (*amaredes* no português antigo) — mostram uma redução fonética do auxiliar da forma perifrástica, forma esta que igualmente ocorre no português — *havemos*, *haveis* (*havedes* no português antigo) *de amar*. O princípio da

persistência se manifesta em algumas propriedades do marcador de tempo futuro do português. Por exemplo, o pronome clítico pode ainda aparecer entre o verbo principal e o auxiliar. A intercalação do clítico ocorre apenas com o futuro simples (*encontrar-te-emos*) e o futuro do pretérito ou condicional (*encontrar-te-íamos*), justamente os dois tempos que se originaram da construção perifrástica com o auxiliar *habere* (inf+habere). Atualmente, a forma perifrástica voltou a ser uma construção alternativa para marcação de futuro no português, em que o verbo *ir* lexical, indicando deslocamento no espaço, pode ser empregado como auxiliar marcador de tempo futuro.

A formação de ‘a gente’ a partir do nome genérico ‘gente’ é um dos processos abordados pelas autoras para ilustrar a gramaticalização de formas nominais em pronomes. A trajetória desse processo parece ter passado pelos seguintes estágios: *substantivo genérico* > *pronome indefinido* > *pronome de primeira pessoa do plural*. Atualmente, tanto no PE quanto no PB, ‘a gente’ ocorre em variação com o pronome ‘nós’ (LOPES, 2003; MARCOTULIO; VIANNA; LOPES, 2013), mas a nova forma parece estar mais difundida no Brasil que em Portugal. Conforme descrição das autoras, no início do processo houve mudança nos traços de número do substantivo e, depois, nos traços semânticos do gênero da nova forma pronominal. Logo, ‘a gente’ passa a exibir algumas propriedades intrínsecas dos pronomes pessoais. Entretanto, se mantiveram os traços morfossintáticos do nome ‘gente’, manifestando a atuação do princípio da *persistência*. Importante notar que a forma ‘a gente’ como pronome não pode ser empregada com determinantes nem modificada por adjetivos, evidenciando também o princípio da decategorização, em que se verifica a perda de características sintáticas do sintagma nominal.

A partir da apresentação de processos de gramaticalização envolvendo categorias verbais e nominais, as autoras mostram que tais processos geralmente envolvem a manutenção de características anteriores (princípio da persistência), mas também uma perda de propriedades morfossintáticas (princípio da decategorização), além de uma possível redução fonética.

O capítulo *Main Syntactic Changes from a Principle-and-Parameters View*, de Galves e Kroch, apresenta uma descrição e análise, no quadro de princípios e parâmetros da gramática gerativa, de algumas mudanças sintáticas ocorridas nas variedades do português brasileiro (PB) e do português europeu (PE) com dados de textos a partir do final do século XII. Inicialmente, os autores apresentam os três principais períodos que a periodização tradicional dos portugueses reconhece: (i) o português antigo, dos manuscritos remanescentes do início do século XII até a primeira metade do século XVI; (ii) o português clássico, até o século XVIII; (iii) e o português europeu moderno, a

partir de 1800. Há estudos que dividem o português antigo em galego-português, até o final do século XIV, e em português médio, de aproximadamente 1400 até a primeira metade do século XVI. Essa divisão tem base sócio-histórica, mas também considera características linguísticas. Para a análise da gramática do PE, os autores adotam uma abordagem igualmente em três estágios – proposta por Galves, Namiuti e Paixão Sousa (2006), cuja principal diferença em relação à abordagem tradicional é conceber o Português Médio como um período de competição entre as gramáticas do português antigo e do português clássico. Os principais objetivos dos autores neste estudo é depreender a gramática subjacente aos textos em análise dos diferentes períodos históricos e determinar como ocorre a mudança de parâmetros com o tempo. A sua análise é pautada em inovações linguísticas, por julgarem que estas é que sinalizam o surgimento de uma nova gramática.

Na primeira parte do capítulo, os autores enfocam diferenças entre o português antigo e o clássico a partir de exemplos de sentenças com clíticos e com intercalação de sintagmas. O português antigo se caracteriza pela predominância de clíticos pós-verbais, que passaram a ocupar uma posição pré-verbal no período correspondente ao português clássico. A possibilidade de separar orações encaixadas do verbo por quaisquer sintagmas também é uma propriedade que diferencia o português antigo do clássico, que permite intercalar apenas o item de negação. Essas alterações do português antigo para o clássico decorrem, segundo os autores, de uma mudança paramétrica nas propriedades do núcleo funcional AgrS, que perde a capacidade de licenciar múltiplos Specs.

Na sequência, os autores mostram a transição do português clássico para o PE. Esta também se caracteriza por uma alteração na posição dos clíticos. Nos mesmos contextos em que a próclise substitui a ênclise do português antigo para o clássico, a ênclise substitui a próclise do português clássico para o PE. Outra marca deste período de transição é uma queda significativa no emprego da ordem VS. A substituição de um objeto pronominal definido por uma categoria vazia é apresentada como a terceira alteração significativa deste período. Os autores observam que a mudança na posição do clítico reflete uma restrição prosódica (a Lei Tobler-Mussafia); já os outros dois fatores resultam da mudança de parâmetro que marca a perda do movimento do verbo para C em sentenças declarativas.

Por fim, os autores apresentam as propriedades que caracterizam o período de transição do português clássico para o PB. Eles diferem no fator concordância, na posição dos clíticos e na frequência de sujeito e objeto nulos. O PB tem menos morfologia que o português clássico e que o PE, não distinguindo segunda e terceira pessoas, por exemplo. No PB é possível, entretanto, a concordância do verbo com um DP pré-verbal que não corresponde ao sujeito – *A Sarinha nasceu*

dois dentes ou *Estas casas batem muito sol* –, o que não ocorre no português clássico nem no PE. No PB, ocorre a próclise ao verbo temático; já no português clássico e no PE, o clítico se adjunge à forma verbal marcada com tempo, correspondendo esta a um verbo auxiliar ou a um verbo temático. Tanto o PB quanto o PE admitem sujeito e objeto nulos, mas sujeitos nulos sofrem menos restrições no PE, enquanto objetos nulos sofrem menos restrições no PB. Os autores associam a variabilidade na morfologia de concordância, a não distinção entre segunda e terceira pessoas e a ocorrência de sujeito nulo ao fato de o PB ter os traços do núcleo de uma oração fracos.

Ao descrever e explicar algumas importantes mudanças morfossintáticas do português, este texto contribui para a compreensão dos sistemas gramaticais envolvidos nos diferentes períodos da história dessa língua.

O texto *Main Current Processes of Phonological Variation*, de Rodrigues e Hora, apresenta estudos de variação no português das variáveis fonológicas mais significantes e relevantes em PB e PE. Os autores apontam para o fato de que os linguistas brasileiros têm dado grande importância à variação nos estudos de fonologia, enquanto que, em Portugal, esses estudos ainda são escassos.

Os autores apresentam primeiramente a variação de vogais tônicas e átonas em PE e PB, a partir de diversos dados. Em relação às consoantes, os autores apresentam os processos de variação de acordo com a posição silábica de onset e coda em PE e PB, apresentando também diversos dados desses processos. São apresentados mapas de distribuição geográfica para as duas variedades de português. O mapa de dialetos de Portugal os divide entre setentrionais (transmontanos e alto-minhotos, e baixo-minhotos-durienses-beirões) e centro-meridionais (centro litoral, centro interior e sul) e os mapas dialetais do Brasil trazem a distribuição de elementos fonético-fonológicos para as capitais dos estados brasileiros.

Em relação à orientação metodológica desses estudos, os autores afirmam que em Portugal há mais pesquisas dialetais do que sociolinguísticas, enquanto no Brasil há inúmeras pesquisas de cunho variacionistas e poucas dialetais. Segundo eles, a tradição linguística distinta e a diferença em relação às dimensões geográficas dos dois países contribuem para a assimetria em relação à opção metodológica dos pesquisadores de cada país. A ausência de referências no capítulo às variedades de português faladas em países africanos demonstra o pouco conhecimento e a escassez de estudos que se tem dessas variedades¹⁶.

16 Há, no entanto, trabalhos sobre variedades africanas de português publicados no Brasil e em Portugal,

Scherre e Duarte, no capítulo *Main Current Processes of Morphosyntactic Variation*, tratam de duas questões centrais tanto para o PB quanto para o PE: a variação na concordância e a variação no sistema pronominal. Para tratar dessas questões, as autoras levam em consideração as dimensões sociais e linguísticas e, para melhor apresentar o tema, dividem o capítulo em quatro seções. Na primeira, fazem uma apresentação, situando os trabalhos sobre o tema no quadro teórico da Sociolinguística Variacionista, para o PB, e na Linguística Histórica, na Dialetoлогия e nas descrições formais da gramática contemporânea, para o PE. Na segunda seção, as autoras discutem diversas pesquisas que tratam da variação na concordância sujeito-verbo e na concordância nominal, que envolvem a concordância de gênero e número entre o nome e seus modificadores. Na terceira seção, Scherre e Duarte discutem a variação relacionada ao sistema pronominal do PB e do PE.

Na quarta e última seção, dedicada às considerações finais, as autoras retomam as discussões e concluem que os falantes que têm mais escolaridade, mais contato com áreas urbanas, que estão mais expostos a situações de sensibilidade linguística e que ocupam cargos mais altos realizam mais marcação de concordância. Quanto aos fatores linguísticos, as autoras apontam que a saliência fônica, em PB e PE, e a transitividade dos verbos, apenas em PE, operam sistematicamente sobre a concordância, mas que há dúvidas sobre se o tipo de verbo realmente tem papel importante para a variação na concordância. No que diz respeito ao sistema pronominal do português, as autoras concluem que o PE apresenta um sistema mais estável se comparado ao PB, que tem como característica a gramaticalização das formas *você* e *a gente* como 2ª pessoa do singular e 1ª pessoa do plural. Essa característica resulta em um paradigma verbal com poucas oposições. Em relação aos complementos clíticos, o PB, além de revelar uma considerável redução na 3ª pessoa, também apresenta o uso do pronome oblíquo na forma nominativa precedido por preposição. Essas reduções no paradigma, segundo as autoras, estão certamente relacionadas a fatores sociais e devem ser investigadas melhor em trabalhos futuros.

6. Aquisição

Em *Aquisition of Phonology*, Ferreira-Gonçalves e Freitas enfocam a aquisição de constituintes segmentais e prosódicos por crianças brasileiras e portuguesas. O capítulo está dividido em cinco seções. Na primeira, as autoras discutem a relação entre o surgimento dos estudos de aquisição de fonologia e o campo da fonologia clínica. Na sequência, elas fazem um percurso histórico, mencionando os principais modelos teóricos utilizados no estudo da aquisição fonológica, desde [tais como Christofolletti \(2013\), Balduino \(2017\), Oliveira & Araujo \(2018\), entre vários outros.](#)

modelos lineares até modelos não-lineares. Na segunda seção, Ferreira-Gonçalves e Freitas tratam do desenvolvimento do inventário segmental na aquisição fonológica. As autoras mostram evidências de que vogais são adquiridas ao final do segundo ano de vida, enquanto consoantes são adquiridas gradualmente ao longo dos primeiros cinco ou seis anos, levando em consideração ponto e modo de articulação, o que, segundo esses estudos, pode variar entre o PB e o PE. Ainda nesta seção, as autoras discutem as principais definições de processo fonológico e citam trabalhos que tratam da aquisição de variantes alofônicas, tendo grande importância para a área, uma vez que podem revelar de que maneira as crianças estocam informação segmental como parte de representações fonológicas.

A terceira seção trata da aquisição da sílaba na fonologia do português. Ferreira-Gonçalves e Freitas mostram que, tanto no PB quanto no PE, as crianças iniciam o processo de aquisição com os padrões CV e V, mas que, após esse estágio inicial, há um comportamento diferente na aquisição da sílaba nas duas variedades. Outro ponto de destaque nesta seção é a discussão sobre a interação entre sílabas e segmentos no desenvolvimento fonológico, já que nem todos os segmentos são possíveis em todas as posições silábicas, além do fato de que, em certos casos, o segmento pode já ter sido adquirido, mas algumas estruturas silábicas não. Na última seção do capítulo, as autoras se concentram em estudos sobre a aquisição de outra estrutura prosódica, o acento. Apresentam definições de acento para o português a partir de diferentes perspectivas teóricas, como Bisol (1992), Pereira (1999), Wetzels (2006) e Lee (2007), além de mostrarem como ocorre a aquisição de acento no PB e no PE. Por fim, apontam os avanços que podem advir das novas possibilidades de estudo com o uso de equipamentos mais sofisticados, análise acústica e, também, das contribuições de teorias mais recentes, como a fonologia de uso e a fonologia gestual.

Em *Acquisition of Portuguese Syntax*, Costa e Lopes focam nos resultados de estudos sobre a aquisição do português, ressaltando os aspectos que não são comuns a outras línguas. O capítulo inicia com uma seção sobre a aquisição da ordem de palavras, da estrutura da sentença e do DP. Tanto o PB quanto o PE apresentam movimento do verbo para I, mas apenas este último permite também o movimento de I para C nas interrogativas-Wh. Os autores apontam algumas evidências que favorecem a aquisição precoce do movimento do verbo para I já nos primeiros estágios da aquisição, enquanto o movimento de I para C é adquirido mais tardiamente pelas crianças portuguesas. A aquisição de DP também ocorre cedo. Os resultados de alguns experimentos mostram que os traços de número em D são computados nos primeiros estágios de aquisição. Os autores apresentam resultados de estudos que identificam uma certa incompatibilidade na marcação de número entre DP e NP em algum período da aquisição, situação esta que não ocorre na marcação de gênero entre determinantes e nome.

Na seção que aborda a aquisição das estruturas que envolvem movimento, seja de núcleo seja de sintagma, os autores mostram resultados de estudos sobre o movimento-A nas passivas, adquirido com facilidade pelas crianças, e sobre o movimento nas passivas-*se* do PE, adquirido tardiamente. Também focam na assimetria sujeito-objeto nas relativas, sendo a relativa sujeito compreendida com maior facilidade do que a relativa objeto, e nas estruturas de *scrambling* do PE. Os autores mostram uma série de evidências em defesa de que o movimento não deve ser visto como um problema para as crianças adquirindo as dependências A-barra, uma vez que efeitos de intervenção parecidos também são encontrados na ausência de movimento, quando uma configuração de intervenção é obtida. Os dados apontados pelos autores indicam que a assimetria sujeito-objeto decorre de uma configuração de intervenção que causa dificuldades para as crianças, ao invés de uma simples alteração da ordem canônica. Além disso, Costa e Lopes ressaltam que outros tipos de dependências A-barra, como estruturas de topicalização, por exemplo, confirmam que o movimento A-barra não é problemático por si só, sendo as configurações de intervenção a origem da dificuldade. É preciso ter em mente que o movimento é adquirido cedo em uma língua como o PB, as crianças preferem mover a expressão-Wh em uma pergunta do que deixá-la *in situ*. Alguns desses efeitos de intervenção fazem parte da gramática do adulto, o que indica que dificuldades com dependências A-barra não devem estar relacionadas à maturação ou ao desenvolvimento da linguagem.

Para encerrar, os autores apresentam uma seção sobre a aquisição dos elementos referenciais e as construções envolvendo categorias vazias. Costa e Lopes afirmam que este assunto vem ganhando uma atenção especial nas últimas três décadas porque as línguas diferem quanto ao comportamento das formas pronominais. Os autores tratam da produção de pronomes e colocação de clíticos, da interpretação dos pronomes e da compreensão das categorias vazias. De uma maneira geral, as crianças nas duas variedades omitem pronomes, usam muito objeto nulo na produção e aceitam o objeto nulo na compreensão, o que permite concluir que a omissão de pronome não pode ser considerada um efeito colateral das dificuldades com a colocação do clítico pelas crianças portuguesas. Quanto à interpretação dos pronomes, os autores afirmam que o clítico não traz problemas para a compreensão, mas é possível verificar uma assimetria pronome forte e clítico na aquisição. As crianças interpretam com maior facilidade as formas fracas (clíticos e nulos, a depender da categoria vazia) do que os pronomes fortes, ainda que algumas propriedades do sujeito nulo não tenham sido adquiridas. A conclusão com relação ao movimento e à interface sintaxe-discurso é que as crianças lidam com as categorias linguísticas naturalmente, inclusive quando estão apagadas.

Madeira, em *Second Language Acquisition*, inicia a discussão sobre a aquisição de segunda

língua apresentando algumas questões que devem ser respondidas: (i) qual a natureza do processo de aquisição de segunda língua?; (ii) como o conhecimento da segunda língua se desenvolve do estado inicial ao estado final?; (iii) como explicar os diferentes níveis na aquisição de L1 e L2, de um lado, e as semelhanças entre os dois processos, de outro? Para tratar dessas questões, a autora divide o capítulo em três seções. Na primeira delas, Madeira apresenta algumas abordagens gerativistas sobre a aquisição de L2. Na segunda, trata de alguns fenômenos gramaticais para mostrar como o conhecimento sintático é desenvolvido na gramática de interlíngua. Na terceira e última, conclui com uma síntese dos estudos apresentados e aponta algumas questões para pesquisas futuras. Está fora do escopo do capítulo as línguas de herança e aquisição de L3.

A questão central que subjaz a pesquisa gerativa sobre aquisição de L2 é se ela é guiada pelos mesmos princípios que guiam a aquisição de L1. Madeira discute brevemente três abordagens sobre a aquisição de L2: (i) a “No Access”, que defende a inacessibilidade da GU por conta do período crítico de aquisição e a impossibilidade de refixação paramétrica; (ii) a “Full Access/Full Transfer”, que defende acessibilidade plena da GU ao longo do processo de aquisição e a possibilidade de remarcação paramétrica (os pesquisadores que seguem esta abordagem variam quanto ao papel atribuído à L1 no estágio inicial de aquisição); e (iii) a “Partial Access”, que defende a presença de apenas alguns traços funcionais novos, sendo a redefinição paramétrica parcialmente possível. Além dessas abordagens, Madeira menciona uma linha de pesquisa mais recente, que trabalha a Hipótese da Interface, segundo a qual propriedades estritamente sintáticas são plenamente adquiridas, ao contrário das propriedades que envolvem a interface entre a sintaxe e outros domínios cognitivos que podem não ser completamente adquiridos.

Os fenômenos gramaticais abordados neste capítulo, a fim de mostrar como o conhecimento sintático é desenvolvido na gramática de interlíngua, são os clíticos pronominais e objetos nulos, os infinitivos flexionados, o aspecto, o movimento do verbo e os sujeitos pronominais. Quanto a esses fenômenos gramaticais, os resultados apresentados por Madeira indicam fortemente que os aprendizes de L2 adquirem as propriedades morfossintáticas da língua alvo independentemente da sua L1. Em alguns casos, como o da colocação dos clíticos, a aquisição será gradual, mas segue o que acontece na aquisição de L1 do PE, por exemplo. Nenhum dos estudos apresentados mostrou uma diferença significativa na aquisição de aspectos morfossintáticos entre os aprendizes de L2 e o grupo controle, favorecendo, assim, a abordagem “Full Access”. O que parece não ser plenamente adquirido pelos aprendizes de L2 são os fenômenos linguísticos de interface externa, aqueles que envolvem a sintaxe e o discurso, por exemplo. Os resultados das pesquisas sobre a elipse de VP e sobre a distribuição

dos sujeitos pronominais (nulos e visíveis) apontam para uma distinção entre o grupo de aprendizes de L2 e o grupo controle. Os aprendizes de L2 têm dificuldades com as propriedades que requerem a integração da informação sintática e contextual, casos de focalização, por exemplo, que interfere na posição do sujeito. Quando a interface sintaxe-semântica está em jogo, os aprendizes não apresentam problemas na aquisição de L2. Este cenário corrobora a Hipótese de Interface, que faz distinção entre as propriedades de interface externa, desenvolvidas mais lentamente no processo de aquisição, e as propriedades de interface interna, plenamente adquiridas.

Considerações finais

O livro *The Handbook of Portuguese Linguistics* apresenta pesquisas atuais sobre fenômenos que envolvem diferentes componentes da gramática e sob perspectivas teóricas distintas. Nesse sentido, oferece um panorama abrangente dos estudos linguísticos em diversas áreas do português, concentrando-se no português europeu e o brasileiro. A proposta da maioria das pesquisas que integram o livro é tecer um comparativo entre o português europeu e o brasileiro, a partir da descrição e análise de um fenômeno linguístico do componente fonético-fonológico, morfológico, semântico e/ou pragmático ou de interface, assim como fenômenos de variação e mudança linguística, contato e aquisição. As pesquisas mostram, dessa forma, em que aspectos determinado fenômeno linguístico é semelhante ou diverge em cada uma dessas variedades. A referência a outras variedades do português aparece somente no capítulo sobre contato linguístico, o que revela a pouca descrição e análise dessas variedades e pouca difusão dos trabalhos nessas áreas. Nesse capítulo, o texto apresenta as variedades de português na África e na Ásia, as línguas crioulas de base portuguesa e as variedades de português em contato com o espanhol.

O livro foi escrito por autores referência nos diferentes campos da linguística. A quase totalidade dos capítulos foram desenvolvidos em co-autoria, sendo normalmente um dos pesquisadores especialista na variedade de Portugal; e outro, na variedade do Brasil. Essa proposta permitiu um aprofundamento na abordagem dos fenômenos em ambas as variedades. Pela riqueza da sua abordagem, constitui uma importante referência para pesquisadores e estudiosos avançados com interesse na língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. B. M.; SANDALO, M. F. S.. Os róticos revisitados. In D. Hora e G. Collischonn (eds.), *Teoria Linguística: Fonologia e outros temas*. João Pessoa-PB: Editora Universitária, pp. 144–180, 2003.

AGOSTINHO, A. L.; ARAUJO, G. A. Um estudo estatístico sobre as oxítonas no português. *Signótica*, v. 19, n. 2, p. 177-208, 2008.

AGOSTINHO, A. L. Róticos intervocálicos no português da Ilha do Príncipe: fonologia e educação. *Trabalho apresentado no IX Encontro da ABECS*, Brasília, 2016.

AMBAR, M. WH asymmetries. In A. M. Di Sciullo (ed.), *Asymmetries in Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, p. 209–250, 2003.

ARAUJO, G. A. de; GUIMARÃES-FILHO, Z.; OLIVEIRA, L. C. de; VIARO, M. E. Algumas observações sobre as proparoxítonas e o sistema acentual do português. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 50, n. 1, p. 69-90, 2008.

ARAUJO, G. A. de; OLIVEIRA, Márcia Duarte de (org.). *O Português na África Atlântica*. São Paulo: Humanitas, 2018.

BALDUINO, A. A nasalidade no português de STP. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARBOSA, J. M. *Études de Phonologie Portugaise*. Lisbon: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1965.

BARBOSA, P. Clitics: a window into the null subject property. In J. Costa (ed.), *Portuguese Syntax: Comparative Studies*. New York: Oxford University Press, p. 31–93, 2000.

BISOL, L. *Harmonização Vocálica: uma regra variável*. Tese de Doutorado. Universidade

Federal do Rio de Janeiro, 1981.

BISOL, L. Sândi vocálico externo: degeminação e elisão. *Caderno de estudos linguísticos*, v. 23, n. 1, p. 83-101, 1992.

BISOL, L. O acento: duas alternativas de análise. In *Organon*, vol. 28, no. 54. Porto Alegre: UFRGS, 1992/2013.

BISOL, L. O acento e o pé binário. *Letras de Hoje*, 29, pp. 25–36, 1994.

BISOL, L. O Diminutivo e suas demandas. *D.E.L.T.A.*, 26, pp. 59–83, 2010.

BRITO, A. *A sintaxe das orações relativas em português: estrutura, mecanismos interpretativos e condições sobre a distribuição dos morfemas relativos*. Tese de Doutorado, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.

CÂMARA JR., J. M. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.

CÂMARA Jr., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1970.

CANÇADO, M; GODOY, L.; AMARAL, L. *Catálogo de verbos do português brasileiro: classificação verbal segundo a decomposição de predicados*. Vol. i – Verbos de mudança. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CARDINALETTI, A. On the deficient/strong position in possessive systems. In A. Alexiadou and C. Wilder (eds.), *Possessors, Predicates and Movement in the Determiner Phrase*. Amsterdam: John Benjamins, p. 17–53, 1998.

CARDOSO, A. Orações relativas apositivas em português: entre a sincronia e a diacronia. *Estudos de Linguística Galega*, 3, p. 5–29, 2011.

CASTRO, A.; COSTA, J. Weak forms as X⁰: prenominal possessives and preverbal adverbs in Portuguese. In A. T. Perez-Leroux and Y. Roberge (eds.), *Romance Linguistics: Theory and*

- Acquisition*. Amsterdam: John Benjamins, p. 95–110, 2003.
- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, N. *Some concepts and concepts of the theory of Government and Binding*. Cambridge: MIT Press, 1982.
- CHOMSKY, N. Three factors in language design. *Linguistic inquiry*, v. 36, n. 1, p. 1-22, 2005.
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row, 1968.
- CHRISTOFOLETTI, A. *Ditongos no português de São Tomé e Príncipe*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- CINQUE, G. On the evidence for partial N-movement in the Romance DP. In G. Cinque, J. Roster, J.-Y. Pollock, L. Rizzi, and R. Zanuttini (eds.), *Paths towards Universal Grammar; Studies in honor of Richard Kayne*. Georgetown: Georgetown University Press, p. 85–110, 1994.
- CINQUE, G. *The Syntax of Adjectives: A Comparative Study*. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.
- CLEMENTS, G. N. Vowel height assimilation in Bantu languages. *Working Papers of the Cornell Phonetics Laboratory*, 5, pp. 37–76, 1991.
- CONDORAVIT, C. Temporal interpretation of modals: modals for the present and for the past. In BEAVER, S; KAUFMANN, B; CLARK & CASILLAS, L (eds.). *The Construction of Meaning*. Sanford, Ca: CSLI Publications, p. 59–88, 2002.
- CYRINO, S. *O objeto-nulo no português brasileiro: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Editora da UEL, 1997.
- FARRELL, P. Null objects in Brazilian Portuguese. *Natural language & linguistic theory*, v. 8, n. 3, p. 325-346, 1990.
- FROTA, S. *Prosody and focus in European Portuguese: phonological phrasing and intonation*.

New York: Garland, 2000.

GALVES, C.; NAMIUTI, C.; PAIXÃO SOUSA, M. C. Novas perguntas para antigas questões: a periodização do português revisitada. In ENDRUSCHAT, A; KEMMLER, R; SCHÄFER-PRIE, B. (Eds.), *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*. Tübingen: Calapinus Verlag, p. 45–75, 2006.

GIORGI, A.; LONGOBARDI, G. *The Syntax of Noun Phrases*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

GRIMSHAW, J. *Argument Structure*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.

HORN, L. *A natural history of negation*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

HORNSTEIN, N. *Move! A minimalist theory of construal*. Malden: Blackwell, 2001.

HUANG, C.T. On the distribution and reference of the empty categories. *Linguistic Inquiry*, v. 15, n. 4, p. 531-574, 1984.

JACKENDOFF, R. *The architecture of the language faculty*. Cambridge: MIT Press, 1997.

JESPERSEN, O. *Negation in English and other languages*. Copenhagen: Host and Son, 1917.

KATO, M. A. Deriving “wh-in-situ” through movement in Brazilian Portuguese. In V. Camacho-Taboada, Á. L. Jimenez-Fernández, J. Martin-González, M. Reyes-Tejedor (Eds.), *Information Structure and Agreement*. Amsterdam: John Benjamins, p. 175–192, 2013.

KENEDY, E. Aspectos estruturais da relativização em português – uma análise baseada no modelo raising. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

KRIPKE, S. *Naming and necessity*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

LEE, S. H. *Morfologia e Fonologia Lexical do Português Brasileiro*. Tese de Doutorado. UNICAMP, 1995.

LUCCHESI, D. Aspectos gramaticais do português brasileiro afetados pelo contato entre línguas: uma visão de conjunto. In C. Roncarati and J. Abraçado (Eds.), *Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EDUFF, pp. 366–390, 2008.

LUCCHESI, D. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. *Estudos de Linguística Galega*, 4, pp. 45–65, 2012.

MATEUS, M. H. M. *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*. Lisbon: Universidade Aberta, 1990.

MATEUS, M. H.; D'ANDRADE, E. *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MARCHESAN, A. C. (2012). *As relativas livres no Português Brasileiro*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina.

MARCHESAN, A. C.; MIOTO, C. *As relativas livres infinitivas no PB*. Manuscrito, 2012.

MCCARTHY, J. Nonlinear phonology: an overview. *GLOW newsletter*, v. 1, n. 8, p. 63-77, 1982.

MENUZZI, S. *Binding theory and pronominal anaphora in Brazilian Portuguese*. Doctoral dissertation, University of Leiden, Leiden, 1999.

MIOTO, C. As interrogativas no português brasileiro e o critério-WH. *Letras de Hoje*, 96, p. 19–33, 1994.

MIOTO, C. Interrogativas WH no português europeu e no português brasileiro. In R. Pires de Oliveira e C. Mioto (Eds.), *Percursos em Teoria da Gramática*. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 43–72, 2011.

MIOTO, C.; KATO, M. As interrogativas Q do português europeu e do português brasileiro atuais. *Revista da ABRALIN*, 4 (1), p. 171–196, 2005.

MÓIA, T. A sintaxe das orações relativas sem antecedente expresso do português. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1992.

MONARETTO, V. N. O. *Um reestudo da vibrante: análise variacionista e fonológica*. Tese de Doutorado. PUC-RS, 1997.

MONARETTO, V. N. de O. O Alçamento de Vogais Pretônicas sem motivação aparente: um estudo em tempo real. *Fragmentum* (on line) , v. 4, p. 18-28.

MOLSING, K. V. *The Present Perfect: an exercise in the study of events, plurality and aspect*. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MORAES, J. A. de. Produção e Percepção das Vogais Nasais. In A. Castilho et al. (eds.), *Gramática do Português Falado*, vol. VII. São Paulo: Editora Contexto/FAPESP, pp. 95–112, 2013.

MUYSKEN, P.; SMITH, N. The study of Pidgin and Creole Languages. In Arends, Jacques, Pieter Muysken & Norval Smith (eds.) *Pidgins and Creoles - An introduction*, 65–74. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1994.

MUFWENE, S. *Ecology of Language Evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

NEGRÃO; E.; MULLER, A. As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro. *DELTA*, v. 12, n. 1, p. 125-152, 1996.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic phonology*. Dordrecht: Foris, 1986.

OLIVEIRA, F; LEAL, A. Sobre a iteração do pretérito Perfeito Composto em Português Europeu. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, v. 7, p. 65–88, 2012.

PONTES, E. *O tópico em português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

RAPOSO, E. On the null object in European Portuguese. In: JAEGGLI, O.; SILVA CORVALÁN, C. (org.) *Studies in Romance linguistics*. Dordrecht: Foris, 1986.

REINECKE, K. *Os róticos intervocálicos na gramática individual de falantes de Blumenau e Lages*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

REINHART, T.; REULAND, E. Reflexivity. *Linguistic inquiry*, v. 24, n. 4, p. 657-720, 1993.

REULAND, E. *Anaphora and language design*. Cambridge: MIT Press, 2011.

RIZZI, L. *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht: Foris, 1982.

ROBERTS, I.; HOLMBERG, A. Introduction: parameters in minimalist theory. In T. Biberauer, A. Holmberg, I. Roberts, and M. Sheehan (eds.), *Parametric Variation: Null Subjects in Minimalist Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1–57, 2010.

SAFIR, K. *The syntax of anaphora*. New York: Oxford University Press, 2004.

SPESSATTO, M. B. *Variação linguística e ensino: por uma educação linguística democrática*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

STALNAKER, R. Assertion. In COLE, P. (Ed.), *Syntax and Semantics*, vol. 9. New York: Academic Press, p. 315–332, 1979.

TARALLO, F. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Tese de Doutorado, University of Pennsylvania, 1983.

VELOSO, J. Redução do Vocalismo Átono do Português Europeu Contemporâneo: Assimetria dos Elementos de Tonalidade e Interação entre Diversos Tipos de Redução Vocálica. In F. Silva, I. Falé, and I. Pereira (eds.), *Textos Seleccionados do XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Coimbra: Associação Portuguesa de Linguística, pp. 655–672, 2013.

WETZELS, W. L. *The lexical representation of nasality in Brazilian Portuguese*. *Probus*, 9 (2), pp. 203–232, 1997.